

ATAVANTE

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 500

METALÚRGICOS PARALISAM DAS 15 ÀS 17 H. — DIA 26 DE FEVEREIRO

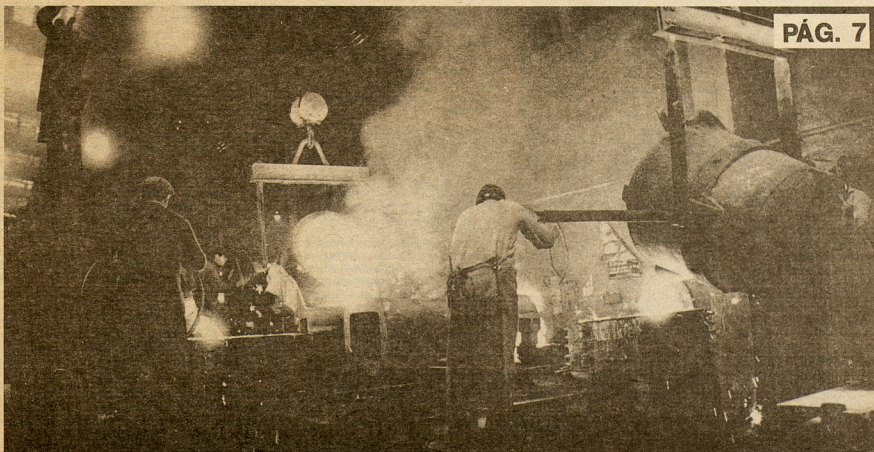
- PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CONTRATO VERTICAL
- PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO



A LUTA CONTINUA

PÁG. CENTRAIS

A LUTA DOS TRABALHADORES DA FACAR



**MINISTRO TOMÁS ROSA CONTRA
OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

PÁG. 5

VIVA A AMIZADE ENTRE OS POVOS ANGOLANO E PORTUGUÊS

«A decisão de reconhecer a RPA corresponde à vontade demonstrada pela esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses e de todos os povos amantes da paz»

«Tão justa medida serve o interesse nacional, as responsabilidades históricas e reforça os laços de amizade existentes entre os povos angolano e português, na base da não ingerência nos assuntos internos, da igualdade e do respeito humano»

«Significa também, a consagração das vitórias alcançadas pelo povo angolano, sob a direcção do MPLA e novas perspectivas ao desenvolvimento das relações fraternas da paz e cooperação entre Portugal e Angola e demais povos africanos»

Intersindical Nacional



do Sindicalismo

A força das reivindicações reside essencialmente na justiça em que se alicerça. Para isso, é necessário conhecer-se bem, antes de tudo, todas as preocupações e necessidades, gerais ou particulares, dos trabalhadores. Devem conhecer-se, igualmente, as condições sociais da empresa ou do ambiente em que tenham de estar inseridas.

A partir destes conhecimentos, as propostas de reivindicações devem ser feitas, discutidas e elaboradas em definitivo, com o conjunto dos trabalhadores interessados nelas.

Essas reivindicações devem ser postas de maneira clara, compreensível, adaptada às circunstâncias. Devem corresponder a necessidades reais, nunca demagógicas. Há que se ser capaz de demonstrar a viabilidade das mesmas, apresentando possíveis soluções para se obter satisfação. Se de facto as reivindicações correspondem a uma clara necessidade, uma justa preocupação, dos trabalhadores, elas serão compreendidas por todos, mesmo pelos mais hesitantes e menos esclarecidos, que acabarão por aderir à justiça de que se revestem. Assim, com o maior apoio dos interessados, as reivindicações são uma força tal que acabará por vencer todas as resistências patronais ou estatais.

À base das reivindicações deve gerar-se a unidade dos trabalhadores. Porque o que dá a força determinante das reivindicações é a sua capacidade de realizar a unidade dos trabalhadores desde, é claro, que sejam compreendidas por todos, no que respeita à razão que as motiva, como, também, pela maneira simples e acessível como elas devem ser postas à generalidade dos trabalhadores. Porque, sabe-se perfeitamente que nem todos os trabalhadores têm o mesmo grau de compreensão dos problemas. O essencial é que as reivindicações consigam, ao fim e ao cabo, a adesão do maior número possível de trabalhadores interessados nelas.

O papel dos Sindicatos consiste, precisamente, em lançar as ideias justas, dar as razões das reivindicações e, através de um bom trabalho de propaganda, falada e escrita, ajudar a elevar o nível de compreensão dos trabalhadores em relação aos seus problemas e às possibilidades de os poderem resolver de maneira viável.

Quando se põem reivindicações, que os trabalhadores elaboraram, é necessário ter em conta o grau de consciência da classe e o grau de disposição e de combatividade, para mais justamente se poderem determinar os meios e as formas de acção a que se terá de recorrer, para fazê-las virar.

De acordo com o facto dos problemas terem sido, ou não, discutidos com os responsáveis patronais; de acordo com o facto das reivindicações terem sido recusadas, ou apenas parcialmente satisfeitas, as formas de acção poderão ser diversas, conforme puderem realizar uma parcial unidade, ou uma unidade geral dos trabalhadores:

— Entrega do caderno de reivindicações e discussão pela comissão de trabalhadores eleita, da qual farão também parte os delegados sindicais da empresa, durante as reuniões com os representantes da direcção da empresa.

— Recolha de assinaturas de petição, apoiando as discussões em curso entre os representantes dos trabalhadores e dos patrões.

— Suspensões de trabalho, secção por secção, ou pelo conjunto do pessoal da empresa, por tempo limitado.

Greve.

O que nos parece essencial, para se poderem melhor determinar formas de luta, é que esses problemas sejam decididos democraticamente, por todos os trabalhadores. É necessário, para isso, consultar os trabalhadores, fazer assembleias onde sejam explicadas as posições sindicais, relatar as discussões havidas com a direcção e as posições patronais e fazer com que os trabalhadores se pronunciem sobre as propostas de acção da organização sindical. Com todo um trabalho de organização democrática de acção, esta deve conduzir a decisões colectivas das mais justas.

Nas pequenas e grandes lutas reivindicativas é que se vai forjando, nos trabalhadores, uma maior consciência dos seus problemas, relacionados com a luta de classes. Desta maneira, criam-se condições favoráveis para poderem desenvolver-se as lutas coordenadas.

Estas lutas são necessárias para se conseguir que triunfem as reivindicações gerais, a uma só vez, com que a da empresa, como sejam:

— As das garantias sociais, gestão da Previdência pelos trabalhadores, controlo operário, direito ao trabalho, respeito pelo direito sindical, defesa e avanço da Reforma Agrária, contra o aumento do custo de vida, contra o congelamento da contratação, contra o terrorismo, pela defesa e avanço da Revolução democrática a caminho do Socialismo, etc.

As reivindicações, como se vê, têm uma enorme importância para a classe trabalhadora, no contexto geral de uma empresa, ou de um grupo de empresas, de um ramo de indústria ou de uma corporação de uma localidade ou de uma província, de uma região ou, mesmo, de todo o País.

O segredo da vitória reside na força e na decisão com que os trabalhadores souberem apresentar e defender as suas reivindicações.

É PRECISO REPRIMIR OS TERRORISTAS

Os fascistas, os terroristas, os caciqueiros bombistas atacam, têm atacado, especialmente no norte do País. Arregimentados nos epístas, passeiam a sua força destrutiva por localidades que entendem melhor poder servir-lhes de alvo. E, nelas, têm a nítida preferência por sedes de organismos sindicais e sedes de partidos políticos da esquerda. E nelas, também, preferem destruir viaturas de homens da esquerda. Até agora, parece que impunemente. Com liberdade, (lamos dizer "relativa", mas arrependemo-nos a tempo, com receio de falsear a verdade). Com a liberdade dos que sabem que a impunidade parece estar em seus bolsos...

As forças militares e militarizadas espertam a oportunidade para poderem actuar. Continuam alerta, está visto, à espera de terem a oportunidade de poderem saltar sobre os criminosos provocadores. Sobre os "invisíveis" malfeteiros e caciqueiros, dos quais muitos sabem os nomes e as moradas habituais, conforme certos periódicos têm dito. Mas que as autoridades não conhecem. Ou, pelos vistos, não conhecem o paradeiro.

Em alguns jornaes têm sido apontados nomes de prováveis pessoas ligadas à coisa do terrorismo. Mas, pensamos, naturalmente a estratégia seguida pelos defensores da ordem pública é a de aguardar. A de ir aguardando, até ao momento em que as autoridades entenderem ser mais oportuno, o mais decisivo.

Até lá... Bem, nos jornaes de amanhã, por exemplo, poderemos ler a lista dos senhores que se seguiram, isto é, dos "invisíveis" e "inócuos" que se seguiram, na já muito longa lista de destruição por actos de terrorismo, de explosões e de incêndios.

Entretanto, no sul, as coisas são completamente diferentes. Até aparece dizer, como o poeta: "Ahi Como é diferente o amor (da destruição, é claro) em Portugal!"

São as buscas nas cooperativas agrícolas, por falsas denúncias. São as buscas nas creches, nas sedes locais de partidos da esquerda, de organizações progressistas, as "assaltadas legalmente", com um aparato bélico de meter medo aos mais

valentes dos pacatos trabalhadores dos campos e das vilas. Tudo isso engendrado pelos boateiros fascistas e contra-revolucionários que, com tão falsas e criminosas denúncias tentam criar um clima de insegurança, de drama e de pavor nas gentes do País. Essas assaltas, essas rigorosas buscas, na caça a invisíveis armas de guerra, têm-se salutado por espectadores zeros. O que prova, se ainda fosse necessário, que as armas do boato e da denúncia, postas a circular pelos contra-revolucionários, tentam desviar a atenção das autoridades do verdadeiro e necessário rumo da sua (que deve, agora mais que nunca, ser!) necessária e justificável acção: — a de castigar severamente os criminosos autores dos atentados bombistas no País.

É caso para se perguntar: porque não mudam de alvo as forças militares e militarizadas que têm levado a cabo tantas operações de buscas de armas a cooperativas agrícolas, a creches, etc.?

Porque não experimentam o contrato do que até aqui têm feito? Por exemplo: mudar a tática dos "assal-

tos legais", até agora preferencialmente feitos ao sul, para as casas e fazendas e organizações caciqueiras e epístas do norte? Porque é de lá que partem os "factos reais" que tanta destruição têm semeado por esse País fora!

Porque aceitam como boas as denúncias dos contra-revolucionários, sobre hipotéticas armas na posse de organizações de trabalhadores, ou nas casas de respeitáveis antifascistas?

O inconfundível alvo, o que deveria ter já sido atacado, é iluminado quase diariamente pelos terroristas do ELP, com bombas e incêndios. Porque procurar, então, em lugares opostos aos dos crimes, os responsáveis da desordem e da destruição até agora verificados neste País?

É só uma questão de bom senso e de decisão, esta de querer-se acabar com os actos dos bandeireros contra-revolucionários ou, pelo menos, de dificultar ao máximo a sua nefasta acção.

Não lhes parece, senhores responsáveis desta Revolução de Abril?

PLENÁRIO DA INTERSINDICAL

CONVOCATÓRIA

Camaradas,

Nos termos da alínea a) do Art.º 32.º dos Estatutos, convoca-se o PLENÁRIO DA INTERSINDICAL NACIONAL para reunir no dia 6 de Março de 1976, sábado, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Política Salarial
2. Contratação Colectiva

Lembramos que:

— A representação de cada Sindicato no Plenário é feita, no máximo por três delegados, membros dos respectivos corpos gerentes (Art.º 29.º n.º 1).

— A representação das Federações e Uniões incumbe ao respectivo Secretário-Geral ou em quem ele delegar (Art.º 29.º n.º 2).

— Os representantes deverão vir devidamente credenciados.

— Oportunamente indicamos o local onde se realiza o Plenário.

INATEL/PORTO

ORGANIZA CARNAVAL DOS TRABALHADORES

O INATEL — Instituto Nacional para Aproveitamento de Tempos Livres dos Trabalhadores) vai organizar este ano o Carnaval do Trabalhador nas noites de 28/29 (sábado), e de segunda-feira (1/2), no Pavilhão do Académico, no Porto.

Estão já asseguradas as participações de alguns conhecidos artistas.

Durante as noites, os bailes

serão animados por dois famosos conjuntos, haverá ainda sorteios, concursos e muitas surpresas. Haverá também um grande concurso de máscaras com prémios para as melhores fantasias.

Desta maneira, o INATEL quer proporcionar a todos os trabalhadores um grande convívio de alegria, numa grande festa de unidade.

CONCLUSÕES DO CONSELHO GERAL DE 13 DE FEVEREIRO

O Movimento Sindical, face à preparação em curso de importante legislação sobre política salarial e contratação colectiva e tendo em conta as manobras divisionistas e as falsas consultas a estruturas de trabalhadores que estão a ser levadas a cabo pelo DROT do Ministério do Trabalho, exige que, em relação a toda a legislação que diga respeito aos trabalhadores, estes sejam efectivamente consultados e que as soluções que correspondem a essa vontade maioritariamente manifestada fiquem consagradas nas leis.

Para isso devem os Sindicatos e as Comissões de Trabalhadores ser informados com antecedência suficiente para promover as discussões e assembleias que permitam chegar a resultados efectivamente significativos. Para isso o DROT tem de ser desmascarado pois a sua actuação visa apenas uma consulta de fachada que «justifique» as decisões tomadas com antecedência.

O presente texto é resultado da discussão no Conselho Geral da Intersindical Nacional, Secretariado da Inter, das Uniãos e das Federações e deve servir como documento de trabalho aos Sindicatos, Comissões de Trabalhadores e Assembleias de Trabalhadores.

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

A contratação colectiva deve ser liberta da intervenção do Estado e de regras e processos que limitem as formas de luta dos trabalhadores. A regulamentação deve limitar-se a traçar as grandes linhas, deixando ao Movimento Sindical a recolha e sistematização da sua experiência para orientação nos processos futuros. Por isso o processo de contratação deve ser simples, flexível sem grandes exigências processuais e sem limitações que reforcem a posição do patronato ou enfraqueçam a dos trabalhadores e lhes dificultem a recuperação do poder de compra e a melhoria da sua situação social e económica.

Prazos de duração dos Contratos

A experiência do Movimento Sindical indica que os prazos de vigência dos CCT não devem ser nunca superiores a um ano, devendo admitir-se casos em que sejam inferiores, nomeadamente se houver cláusulas que prevejam a abertura de negociações se os preços atingirem um determinado aumento.

A convenção deve produzir efeitos desde a data de apresentação da proposta (na parte quantificável em dinheiro) o que terá como efeito acelerar todo o processo de negociação. Também com este objectivo deve ser estabelecido um prazo máximo ao processo de contratação, sob pena de se terem por aceites os pontos da proposta sobre os quais haja desacordo.

O Governo não deve ter poderes para homologar nem deve poder recusar a publicação das convenções colectivas, devendo ser estabelecido num prazo máximo de, por exemplo 15 dias, decorrido o qual a convenção entra em vigor. As partes devem poder recorrer à conciliação, mediação ou arbitragem, mas de natureza voluntária. Quaisquer definições de direitos, ou uniformização de condições, só podem ser aceites se os sindicatos, depois de

consultarem os trabalhadores, derem o seu acordo. Quanto a portarias de alargamento de âmbito com vista à uniformização de condições de trabalho, ou quanto a portarias de regulamentação, devem ser publicadas mediante requerimento dos respectivos sindicatos e após consulta aos trabalhadores, devendo também poder ser anuladas a requerimento dos sindicatos. As partes devem poder instituir sanções para a inobservância das suas normas. É de ter presente que a dilatação dos prazos de negociações funciona sempre a favor do patronato.

Contratação Colectiva nas empresas nacionalizadas

Quanto à contratação colectiva nas empresas nacionalizadas nada

SECÇÃO IV Conselho Geral

Art. 42.º - 1. O Conselho Geral é composto por um membro do Secretariado de cada uma das Uniãos distritais e das Federações de ramo de actividade.

2. O Conselho Geral será presidido pela Comissão Executiva do Secretariado Nacional.

Art. 43.º - O Conselho Geral tem funções consultivas e deverá ser ouvido pelo Secretariado Nacional sempre que este o considere necessário.

Art. 44.º - O Conselho Geral poderá reunir parcialmente sempre que as questões a tratar disserem apenas respeito a uma delimitada área geográfica ou ramo de actividade.

Art. 45.º - Compete, em especial ao Conselho Geral:

- a) Pronunciar-se sobre todas as questões que lhe foram apresentadas pelo Secretariado Nacional;
- b) Dar o seu parecer sobre o relatório e contas bem como sobre o orçamento anual da Confederação apresentado pelo Secretariado Nacional;
- c) Dar o seu parecer nos processos disciplinares instaurados aos associados;
- d) Dar o seu parecer sobre qualquer proposta de alteração da lista de orientação ou programa de acção aprovado pelo Congresso.

(dos Estatutos da Intersindical Nacional)

justifica de imediato uma negociação autónoma. As empresas nacionalizadas deverão intervir na negociação colectiva em posição autónoma do patronato privado representada pelas associações patronais, por que há interesses diversos a defender. É de combater a ideia de criar «associações regionais ou sectoriais que permitam a negociação colectiva com os sindicatos», pois que é fundamental não é criar «outra negociação» face aos sindicatos, mas sim organizar e coordenar a actividade dessas empresas com base no controlo operário e na participação dos trabalhadores, única forma de impedir a sua recuperação capitalista e pô-las a funcionar para servir os interesses do povo Português, pois foi para isso que as nacionalizações se fizeram e foi por isso que foram apoiadas.

Férias

Quanto ao problema das férias deve exigir-se o alargamento da lei geral a todos os trabalhadores e o cumprimento do pagamento dos subsídios, prioritariamente ao acerto demagógico de levar o mínimo para três semanas. Cabe à contratação colectiva a obtenção de melhorias do regime de férias.

POLÍTICA SALARIAL

A política salarial não pode ser designada das condições de vida dos trabalhadores, do constante aumento de preços, das tentativas de recuperação capitalista da economia e das contínuas dos trabalhadores, da necessidade de defender e aumentar o poder de compra dos trabalhadores.

Tal como em relação ao problema da contratação colectiva devem os trabalhadores participar na definição da política salarial que consideram melhor adaptar-se às suas necessidades e à situação económica e política que vivem no momento, nunca que a responsabilidade da crise não cabe aos trabalhadores mas sim a sabotagem do patronato e ao boicote do imperialismo que vieram agravar a herança económica do fascismo.

Por isso os trabalhadores defenderam sempre as medidas de austeridade desde que elas se integrassem na política económica nacional, mais justa pelo que teriam de atingir preferencialmente os rendimentos mais altos.

Salário mínimo (e máximo) nacional

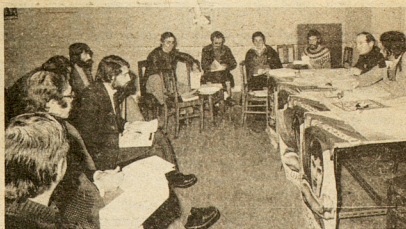
O salário mínimo nacional, apesar do agravamento dos preços entre tanto verificado, continua ao mesmo nível de há oito meses e em muitas empresas não é pago. Impõe-se a sua actualização imediata e a rigorosa fiscalização da sua aplicação, não só para defender o poder de compra que isso contribuirá decisivamente para a redução dos leques salariais e porque terá consequências a nível dos REFORMADOS.

Quanto ao salário máximo há que promulgar o decreto que o reduz, devendo ser posto em prática o controlo da sua aplicação, só podendo ser admitidas excepções com base em dados fornecidos pelo controlo operário.

O limite do congelamento deve ser elevado para 15 mil escudos. Também nesto caso os trabalhadores através do controlo operário devem ser os únicos a poder autorizar a ultrapassagem deste princípio desde que a necessidade de funcionamento da empresa e a defesa dos postos de trabalho o exija.

Definição justa de uma política de salários

Os critérios a que deve obedecer a definição justa política de salários adaptada à situação concreta do nosso processo político e da nossa economia são: manutenção do poder de compra do salário, melhoria do poder de compra do salário, redução dos leques salariais e diminuição progressiva das diferenças regionais, sectoriais ou profissionais, verticalização sindical e apoio a reestruturação ao sector nacionalizado. Para isso devem os sindicatos ter em atenção a situação



concreta de certas pequenas e médias empresas, a necessidade de defesa dos postos de trabalho, e a necessidade de quadros técnicos (que impedem a deterioração da economia, com graves consequências a nível dos trabalhadores).

A ligação dos salários à capacidade económica dos sectores de actividade ou das empresas não pode continuar estabelecida da forma do Decreto-lei 292/75, que a prática já demonstrou inviável do ponto de vista técnico e político, nem devem ser «estabelecidas normas» durante um período de «côrta» ou mais anos, até que os problemas da crise estejam minorados» como pretende o Ministério do Trabalho, pois não é com este tipo de medidas que a crise «se resolve». Só o controlo operário, a luta contra a recuperação capitalista e a efectiva colocação da economia ao serviço do Povo Português permitirão resolver as crises características do sistema capitalista.

INDEXAÇÃO DE SALÁRIOS

Estando a ser preparado um plano de indexação de salários ao aumento do custo de vida é necessário que esta questão seja amplamente debatida de forma a permitir chegar a conclusões que sirvam os interesses dos trabalhadores.

A indexação baseada-se na constatação de que o índice de preços reflecte a subida do custo de vida e que esta subida é uma constante do sistema capitalista, a vista, em teoria, repor o poder de compra dos salários. As várias fases para o funcionamento da indexação são: determinação dos produtos e serviços que servirão de base à construção do índice, realização de inquéritos que permitam avaliar as variações de preços desses produtos e serviços, tratamento estatístico dos resultados dos inquéritos para determinar o índice global da variação dos preços, estabelecimento das relações entre essa subida e a subida dos salários (incluindo a determinação de quais salários serão aumentados e o tempo que demora a indexação a ser levada à prática, uma vez verificado o aumento de preços) e por último o estabelecimento da relação entre a indexação e a contratação colectiva (que pode incluir limitações a esta). Não existem ainda dados sobre as intenções em relação a todos os aspectos, mas é possível que o governo adopte as seguintes medidas:

— escolher um número limitado de produtos, muitos dos quais não são significativos pois não são produtos consumidos habitualmente pelos trabalhadores (ex: fato completo de homem, mobília de sala de jantar com nove peças, jornal, etc.), muitos dos quais foram aumentados recentemente e o governo terá possibilidades de impedir o seu aumento nos tempos mais próximos (ex: água, detergente, batata, ovos, cerveja, cigarros, etc.). Isto terá como consequência que o índice utilizado NÃO reflectirá o verdadeiro aumento do custo de vida;

— não realizar os inquéritos que terão de estar, com a desculpa da pressa para a aplicação do sistema,

o que terá como consequência a impossibilidade de avaliar se o inquérito corresponde efectivamente à realidade;

— determinar ponderações arbitrárias dos produtos (ponderação é a percentagem com que cada produto participa no total da percentagem do aumento do índice de preços) o que terá como consequência que o índice não reflectirá o tipo de consumo dos trabalhadores, que é diferente do tipo de consumo da burguesia. Estas ponderações só poderão corresponder à realidade se foram feitos inquéritos exaustivos dirigidos às diversas classes e camadas sociais, o que demora uns meses;

— estabelecer prazos muito longos (são assim considerados todos os que ultrapassarem os três meses) entre a verificação dum certo aumento de preços e a actualização dos salários;

— não incluir na indexação salários de certos sectores, nomeadamente os mais mal pagos, como rurais, domésticos, reformados, etc.

Uma parte destes inconvenientes poderia ser superada se a estrutura sindical tivesse uma participação decisiva nestes trabalhos preparatórios. As vantagens dum sistema de indexação salarial têm uma íntima relação com o esquema que vier a ser adoptado, mas podemos considerar que o estabelecimento de relações entre salários e aumento de custo de vida não é novo em Portugal, pois alguns sindicatos incluem-se nos seus CCT.

Em relação a este aspecto específico da indexação salarial é de ter em conta que as orientações dependem das decisões que o Movimento Sindical venha a adoptar face à política salarial em geral.

De qualquer forma, a indexação não poderá nunca servir de pretexto para anular a contratação colectiva, nem para que os trabalhadores desmobilizem da luta pelo congelamento dos produtos essenciais no quadro dum política antimonopolista.

É de ter presente que o sistema de indexação poderá vir a ser utilizado para desmobilizar os trabalhadores das suas organizações, nomeadamente dos seus sindicatos. Este tipo de tentativas só poderá ser combatido se os sindicatos desenvolverem um amplo esforço de esclarecimento de todos os trabalhadores, mostrando o que eles poderão significar, quer no plano económico (dar algumas migalhas para que os capitalistas aumentem a sua parte muito mais) quer no plano político.

Em resumo: o sistema de indexação em preparação tem importantes limitações, pode ter consequências a nível do próprio Movimento Sindical, mas dependerá fundamentalmente da discussão e esclarecimento dos trabalhadores criar a capacidade para que a sua luta não seja afectada por este tipo de manobras que, sob o pretexto de defesa do poder de compra, visa fundamentalmente criar mais condições que permitam a recuperação capitalista da economia, o que se traduzirá numa exploração crescente dos trabalhadores.



EM COIMBRA OS TRABALHADORES REFORÇAM A UNIDADE

Reforço da Organização Sindical, Controlo Operário, Aumento do Custo de Vida e Controlo da Previdência pelos Trabalhadores foram alguns dos temas abordados no Encontro que reuniu em Coimbra, no dia 7 de Fevereiro, várias Comissões de Trabalhadores, Cooperativas e Firmas em autogestão, Delegados e Direcções Sindicais.

Na impossibilidade de o fazer no número anterior, Alavanca traz hoje às suas páginas algumas das perspectivas de trabalho saídas daquele Encontro, que se ficou a dever à iniciativa dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Panificação, Têxteis, Escritórios, Vestuários, Comércio e Cerâmicas.

REFORÇO DA UNIDADE, DA INDEPENDÊNCIA E DEMOCRATICIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL

«O Movimento Sindical unitário é a mais poderosa forma de organização dos trabalhadores. O seu contributo para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses e o papel que tem desempenhado activamente na defesa da democracia e demais conquistas do 25 de Abril, não pode ser desprezado por ninguém» — afirmou-se na intervenção da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra sobre o quarto ponto da ordem de trabalhos do Encontro.

Apelando para a unidade como condição para a vitória e referindo a importância do movimento sindical, disse-se ainda: «Por isso, sobre este movimento os ataques, por vezes críminosos do patronato e de todos os reacçãoários, que vêm na organização dos trabalhadores um obstáculo à manutenção dos seus privilégios, à custa da miséria e exploração das classes trabalhadoras. Ficam assim à vista todas as razões dos recentes ataques bombásticos contra os Sindicatos de Braga».

Sobre a independência do movimento sindical afirmaram os metalúrgicos de Coimbra: «a unidade e democraticidade só são possíveis com uma absoluta in-

dependência do movimento sindical face ao patronato, Estado, Partidos Políticos e Organizações Religiosas. O Dec-Lei 215-B/75 (Lei das Associações Sindicais) é bem explícito quanto a este ponto e prevê sanções para a violação da independência



das associações sindicais. Urge aplicá-las àqueles, e muitos têm sido, que desprezam tal princípio e cometem as mais diversas ingenuidades».

«Da parte do patronato tal atitude não espanta. Mais grave é que o Estado, que devia dar o exemplo no cumprimento escrupuloso da lei, tenha ultimamente, sobretudo através do Ministério do Trabalho, desprezado sistematicamente este princípio, no caso do Sindicato dos Quími-

cos de Lisboa, Indústria Farmacéutica, Gráficos de Aveiro e também com a criação de um chamado Departamento de Relações com as Organizações dos Trabalhadores e com a alegada necessidade de rever a lei sindical».

Tocaram ainda no ponto da unidade sindical um dos grandes objectivos da escalada reacçãoária, salientando: «Seria bom que, de uma vez por todas, ficasse claro que a expressão unidade sindical não traduz mais do que o impedimento legal de se criar, para cada profissão ou sector de actividade numa dada região, mais do que um Sindicato. Na prática, portanto,

perência cada vez mais sentida na carne, a extrema anarquia da produção capitalista, cuja satisfação é bem mais baseada na possibilidade de aquisição de avultados lucros, do que na satisfação das necessidades prementes da humanidade e dos trabalhadores. Disto deriva também uma influência bastante nefasta sobre os trabalhadores virando as suas lutas para uma perspectiva economicista de reivindicações económicas, que no geral são recuperadas pelo sistema capitalista. Há que mudar isto; os trabalhadores têm que perspectivar sempre as suas lutas, mesmo as reivindicações económicas, com o pensamento na conquista e instauração de uma sociedade verdadeiramente socialista, a única que poderá resolver os seus problemas de classe explorada. No entanto, essa luta começa já, independentemente da existência de um poder socialista, pela instauração na própria empresa de um embrião de poder operário, como meio de lutar contra a anarquia da produção capitalista, contra a sabotagem eco-

nómica e ainda como meio de consciencializar os trabalhadores num domínio fundamental como é o da economia».

O PAPEL DOS TRABALHADORES NA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

A Direcção do sindicato dos Escritórios retomando o tema do Controlo Operário por um «controlo operário efectivo» apresentou uma proposta muito concreta do seguinte teor: «que tomeis medidas nas vossas empresas para que as suas encomendas, dos mais variados produtos e serviços, sejam feitas aos organismos de coordenação económica de trabalhadores, já constituídos» e ainda «que tomeis medidas, para a vossa participação nos organismos de interligação e coordenação económica de trabalhadores já existentes, para a criação de novos organismos desse tipo, nos sectores, nas regiões e nas localidades onde eles ainda não existirem».

trata-se de colocar na lei, e de acordo com a vontade expressa pelos trabalhadores, a garantia de que a sua unidade não será quebrada».

Esta intervenção foi sublinhada com uma proposta em que o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica de Coimbra pôs à consideração do Encontro «incentivar a eleição de delegados sindicais (...) dinamizar a actividade dos Secretariados de Comissões de Trabalhadores (...) ampliar a colaboração dos Sindicatos com a União (...) promover a realização de uma Encontro semelhante com as organizações de trabalhadores da Figueira da Foz onde, nomeadamente seja discutida a possibilidade e necessidade de criação de uma União local».

CONTROLO OPERÁRIO DA PRODUÇÃO

A Direcção dos Bancários do Centro dirigiu aos presentes no Encontro uma comunicação sobre Controlo Operário da Produção considerando que o controlo é «a forma imediata de ultrapassar o nosso isolamento e combater o capital num campo fundamental que é da direcção da sociedade e assim tomarmos o poder pelas nossas próprias mãos».

«Todos nós sabemos, por ex-



NOVO ENCONTRO DOS SINDICATOS DAS PESCAS E CONSERVAS

Conforme noticiamos no ALAVANCA anterior, o Encontro entre Sindicatos das Pescas e das Conservas realizado no passado dia 2 de Fevereiro, iria dar os seus frutos.

De facto hoje, dia 25 de Fevereiro, pelas 15 horas, realizou-se novo Encontro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Informações sobre o trabalho já realizado pelos Sindicatos e Unões.
- 2 — Criação do Grupo de Trabalho e definição das suas tarefas e formas de actuação.

Atenção ao próximo número do ALAVANCA onde daremos nota da desenvolvida deste novo Encontro.

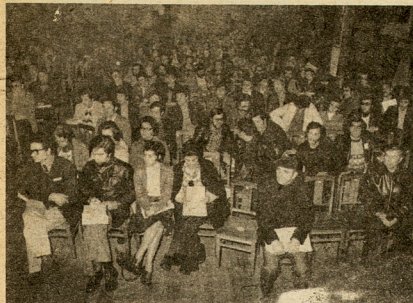
Na Transul! O DR. MOURA NÃO ENTROU

Os trabalhadores da Transul, reunidos em plenários, decidiram não aceitar a substituição do Dr. Vítor Fonseca enquanto as entidades oficiais não se dignarem dialogar com os únicos interessados — os trabalhadores — sobre a pessoa que vai tomar lugar na Comissão Administrativa e sobre a qual eles entendem que se devem pronunciar.

Este Plenário em que estiveram presentes cerca de 300 trabalhadores daquela empresa nacionalizada segue-se à tentativa do Subsecretário de Estado dos Transportes de, no passado dia 19, «enfilar» na Transul o Dr. Martins Felício. O facto de este ir acompanhado pelo autor de «nem que eles atirem os autocaros ao rio» não foi o suficiente

para convencer os trabalhadores da Transul a deixá-los entrar nas instalações... Talvez o cartão de visitas não fosse o melhor! É que os trabalhadores da Transul mantêm-se na disposição — e dela deram conhecimento ao Dr. Moura — de não permitirem a entrada na empresa a alguém que os trabalhadores não saibam quem é e se serve à Transul.

Ao exigir parte activa na escolha dos elementos para a Comissão Administrativa, os trabalhadores batem-se pelo poder de decisão na empresa e contra a tendência governamental de transformar progressivamente os elementos das Comissões Administrativas em meros canalizadores da vontade do governo central.



AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

«O congelamento da contratação colectiva, neste momento, constitui uma autêntico crime contra as classes trabalhadoras, que só poderá ser apoiado pelo Patronato e os seus viscosos lacaios» — afirma o Grupo de Intervenção Sindical de Esclarecimento ao Público (GISEP), criado na tentativa de dar resposta a algumas das perguntas que diariamente os trabalhadores se fazem perante a alta do custo de vida.

O GISEP, com o apoio total do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Coimbra, consciente de que está a desenvolver um «trabalho que diz respeito e interessa a todos os trabalhadores» pretende «estabelecer contactos estreitos com todas as organizações sindicais, Comissões de Trabalhadores e de Moradores e ainda com os Serviços de Fiscalização Económica».

No seu primeiro comunicado, apresentado no Encontro, diz-se que de Janeiro a Abril de 1974 (4

meses de fascismo) os preços aumentaram 17,2% (4,3% por mês) enquanto nos restantes meses de 1974 o aumento foi de 13,3% (1,6% por mês). Quanto ao ano de 1975 e particularmente sobre os meses de Janeiro a Setembro o aumento foi de 9,9% (1,1% por mês). Em conclusão o GISEP afirma que «depois do 25 de Abril de 1974, o aumento dos preços foi muito menor que no tempo do regime fascista, baixando a taxa mensal de 4,3% para 1,1%. Tal abateamento ficou-se a dever ao «fim da guerra colonial», à promoção de uma «política antimonopolista» e à «maior redistribuição dos rendimentos» em benefício das classes trabalhadoras».

Percorrendo depois os recentes aumentos dos preços, a crescente pressão de muitos intermediários no sentido de se acabar com os preços tabelados e a tibieza governamental, que está a permitir o aumento da política antimonopolista, conclui o GISEP: «Em fase destes factores o aumento do custo de vida até fins de Janeiro/Fevereiro será de 20% a 30%, em relação a Setembro de 1975. De imediato,

a única forma de os trabalhadores compensarem o assustador abateamento dos seus salários reais e consequente poder de compra e subsistência, será através de novos contratos colectivos».

PREVIDÊNCIA

A posição dos trabalhadores, reunidos em Coimbra, sobre a Previdência e particularmente sobre a «decisão do Secretário de Estado dos Assuntos Sociais de extinguir o Conselho Coordenador da Previdência, órgão destinado a estabelecer a ligação entre as instituições de Previdência e a Secretaria de Estado da Segurança Social e que tem de ser obrigatoriamente ouvido sobre todas as medidas inovadoras respeitantes às referidas instituições, ao pessoal ao seu serviço, bem como aos esquemas de Previdência Social», vem expressa numa moção, que foi aprovada por unanimidade e em que os trabalhadores decidem:

— «Afirmar que também aos trabalhadores cabe a gestão da Previdência, pois são eles que a pagam integralmente;

— «Repudiar toda a política antipatriótica de afastar os trabalhadores da gestão das Instituições de Previdência, de que verdadeiramente são os únicos donos;

— «Declarar que lutarão, por todas as formas, contra todas as tentativas, venham elas donde vierem, que visem roubar aos trabalhadores esta importante conquista alcançada após o 25 de Abril;

— «Exigir que o Governo promulgue de imediato, legislação que obrigue o patronato a pagar as dívidas à Previdência e que essa legislação preveja o confisco de bens dos patrões e seus familiares, que se neguem a pagar».

NA GUÉRIN, OS TRABALHADORES UNIDOS JAMAIS SERÃO VENCIDOS

Os trabalhadores da Sociedade Comercial Guérin efectuaram uma greve progressiva de cinco horas, posto que a administração se negou a cumprir uma portaria dos Metalúrgicos que estabelecia o pagamento de retroactivos até ao passado dia 8 de Janeiro.

Preteende, a administração, realizar o pagamento dos retroactivos, em 8 prestações, a partir do mês de Abril. Para tanto, através de um comunicado em que se calunia a Comissão de Trabalhadores, a administração tenta convencer os trabalhadores de que nada pode fazer por causa da actuação da referida Comissão. Estamos, portanto, em presença de uma manobra divisionista a que os camaradas da Guérin estão atentos.

Por isso mesmo, realiza-se hoje, 23 de Fevereiro, uma reunião de Delegados Sindicais que, após consulta posterior a todos os trabalhadores, definirão as atitudes a tomar face à



actuação da administração. Já agora, uma pergunta: Por que pretende a administração dar início ao pagamento dos retroactivos apenas em Abril? Será por causa das eleições?

MINISTRO TOMÁS ROSA CONTRA OS TRABALHADORES DA C. CIVIL

Em 15 de Janeiro passado, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa, fazia sair um comunicado onde se contestava as palavras proferidas dois dias antes pelo Ministro do Trabalho.

Nesse comunicado o Sindicato da Construção Civil põe algumas questões ao ministro Tomás Rosa que ainda esperou por resposta.

Por exemplo, pergunta o Sindicato:

— Quem fugiu com milhares de contos para os bancos da Suíça?

— Quem boicota o controlo e a fiscalização que as comissões de trabalhadores vêm empreendendo no sentido de pôr de pé as empresas vítimas da sangria dos patrões, a fim de manterem com trabalho e com salários pagos a operários dessas firmas?

Mas o Sindicato da Construção Civil lembra ainda a constituição do Secretariado Provisório Pró-

Conselho Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil e o projecto por ele apresentado ao Governo em Agosto de 1975. Onde com propostas muito concretas se apontavam medidas para o desbloqueamento do sector, a sua neutralização e revitalização.

Claro que tudo isto caiu em saco roto e a resposta que o ministro dá aos trabalhadores é mover-lhes um processo-crime. É assim que hoje, dia 25, a Direcção do Sindicato terá de se apresentar no tribunal da Boa-Hora no seguimento das propostas apresentadas para a resolução do problema do sector.

Enfim, o ministro Tomás Rosa não encontrou melhor forma de resolver os problemas dos trabalhadores do que mover-lhes acções em tribunais e obrigá-los a perder horas preciosísimas para a sua acção na defesa dos interesses dos sectores a que pertencem. São métodos...

EM MINDE A REACÇÃO ANDA À SOLTA

Na Fábrica de Malhas Leal Pires, de Minde, que emprega cerca de três dezenas de operários, deram-se cenas de violência pidesca, em 21 de Julho do ano passado. Essa violência foi feita sobre dois delegados sindicais da empresa, os quais foram espancados por facinoras a soldo do patrão.

Os referidos operários, António Exposto e Virgílio Cénica, chefes de família, foram despedidos, sem justa causa, depois de terem sido agredidos, sem que até hoje as autoridades respectivas tivessem obrigado esse (feroz) patrão a pagar pelas suas violências e injustiças, a cumprir a lei, com a readmissão desses dois trabalhadores.

Tanto a Federação dos Têxteis como o Sindicato dos Têxteis de Santarém desenvolveram, e continuam a desenvolver, os seus esforços, junto do Ministério do Trabalho, onde se avistaram com o respectivo secretário Marcelo Curto, e, também, junto do Comando da Região Militar do Centro, no sentido de que essa inju-

stícia e essas violências patronais tenham o castigo que merecem.

Foram elaborados, na oportunidade, os autos competentes e os respectivos processos, referentes aos espancamentos e aos despedimentos sem justa causa, e entregues os mesmos às autoridades competentes, para procedimento judicial, sem que até hoje, oito meses passados, se tenha verificado a decisão judicial que se espera!

Até apetece perguntar, a quem de direito: — Que se esconde, e quem esconde, no meio de tudo isto? Que estranhos interesses e que protecções estarão a retardar a tão necessária decisão contra essas violências de um (feroz) patrão que, neste caso, parece nada ficar a dever aos ferozes patrões do tempo do outro Marcelo, agora no Brasil?

Achamos que já passou tempo mais que suficiente para que um assunto desta gravidade, contra dois trabalhadores, dois delegados sindicais, pudesse ter o seu justo epílogo. Que ou quem parece ter poderes para retardar tanto

tempo um caso de flagrante injustiça e violência patronal, em que patrões e seus lacaios violam as leis, praticam agressões físicas sobre trabalhadores e ficam tantos meses numa completa impunidade, não-de-se das leis? A que pessoas ou organismos oficiais se podem imputar responsabilidades por este estado (será desleixo, ou haverá outro «motivo que mais alto se levanta»?) de coisas, que nada parece justificar?

Para este caso (a juntar a tantos outros de flagrantes violências patronais) chamamos a atenção das autoridades competentes, no sentido de que justiça seja feita — e já! Porque a demora na solução deste gravíssimo assunto é muito longa. E não se deve, com ela, deixar crer aos trabalhadores que as autoridades que servem a revolução de Abril já se esqueceram que esta foi feita «para ajudar as classes mais desfavorecidas deste país — a que os trabalhadores pertencem — e não os burgueses e os exploradores dos patrões, como esse vilulento senhor dessa firma



OS TRABALHADORES DA HOTELARIA E TURISMO ESTUDAM A REALIDADE DO SEU SECTOR

«A Actividade turística deverá cumprir em todas as suas manifestações uma função eminentemente social, norteadas, portanto, por objectivos postos ao serviço do povo e que, de uma maneira directa ou indirecta se destina à satisfação das suas necessidades — salientou-se no Plenário de abertura do I Encontro Nacional dos Trabalhadores do Sector de Hotelaria e Turismo, que teve lugar no Hotel Estoril Sol, nos dias 14 e 15 de Fevereiro.

ALAVANCA traz hoje as suas páginas um breve resumo das conclusões deste Encontro em que os trabalhadores do sector apontaram, da sua experiência, a melhor solução para «a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores na justa aspiração da melhoria da sua qualidade de vida e na sua preocupação de contribuir eficientemente para o progresso social e económico do nosso país».

Percorrendo os termos de reestruturação que os trabalhadores pretendem para o sector, diz-se na comunicação de abertura dos trabalhos: «O Turismo surge como uma actividade destinada a satisfazer a necessidade de retemperar as forças dos trabalhadores e a contribuir para a realização integral e harmónica do indivíduo; a actividade comercial do turismo internacional — que proporciona a obtenção de divisas tão necessárias ao nosso país — não deve igualmente perder de vista que o seu fim último é também a melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses, competindo-lhe assim, cumprir também uma função social».

ESTRUTURAS DO SECTOR

Estes trabalhadores reconhecendo «a função social do turismo (pedindo o seu carácter meramente mercantil) e não esquecendo a necessidade do gradual desenvolvimento do turismo social como direito contrapartido dos trabalhadores, do turismo juvenil e outros (...), propõem duas espécies de medidas: «Reordenação das estruturas. Relacionamento para recuperação imediata do sector». E ainda: «a coexistência de empresas privadas em actividade simultânea, como factor estimulante de natureza qualitativa e quantitativa do turismo português, que deve ser posto ao serviço da sociedade, e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida e a criação de empresas Públicas e de cooperativas socialistas».

Quanto à organização do Aparelho de Estado, para uma melhor eficácia do turismo, foi proposto o seguinte: «1.º — A reestruturação da Direcção-Geral do Turismo de modo a transformá-la num organismo executivo do Órgão Superior de Turismo, de modo a haver uma maior coordenação entre a definição da orientação política e à sua execução técnica (Direcção-Geral do Turismo 2.º — A Direcção-Geral do Turismo deverá como órgão executivo ser provida apenas com técnicos do sector, e dar execução prática às directivas do Órgão Superior de Turismo. 3.º — O Órgão Superior de Turismo providenciará no sentido de criar empresas públicas, uma para hotelaria e outra para Agências de Viagens, para conceder o necessário apoio na gestão das empresas sociais em sistema autogestionário, e até para as empresas privadas mediante acordo de serviços a prestar (...). A constituição destas empresas não pode alhear-se da vontade dos trabalhadores que se deve fazer ouvir

por representantes eleitos por eles. O Órgão Superior de Turismo, providenciado (com os representantes dos trabalhadores) em operar uma efectiva descentralização, criando departamentos das empresas públicas mencionadas no número anterior em cada uma das províncias (conforme plano do Ministério da Administração Interna). 4.º — Em qualquer caso os dirigentes destes departamentos centrais e regionais deverão ter o



aval dos trabalhadores do sector».

Sobre os Órgãos Estatais a criar, propõe-se: «Sem prejuízo dos actualismos, o futuro funcionamento de uma Secretaria de Estado de Turismo, apontando para o Ministério de Turismo Autónomo. Um Conselho Nacional de Turismo «Órgão consultivo obrigatório da política turística nacional, presidido pelo titular da pasta do turismo ou por delegação, pelo respectivo Secretário ou Sub-Secretário de Estado». Neste Conselho Nacional terão assento diversos organismos (ministérios, sindicatos, associações patronais do sector, etc). E a Direcção-Geral do Turismo, englobando Centro de Estudo e Documentação.

Dentro da Planificação do Sector, estes trabalhadores consideram

«inevitável a criação de uma Empresa Pública de Turismo que aglutine as Agências sob intervenção do Estado».

«A actividade deste operador nacional de turismo deverá incidir principalmente sobre o turismo de importação com venda do mercado nacional e reexportação. Actuará procurando novos mercados no estrangeiro, principalmente em organizações de trabalhadores sendo as mesmas obrigatoriamente do sector reguladas pelo aparelho de Estado, e funcionarão também como grossista oferecendo os programas por ele produzidos às agências privadas não obstante poderem essas agências privadas produzir e venderem os seus próprios programas.

Propõe-se ainda «que as unidades hoteleiras em autogestão se integrem em cooperativas socialistas de

«Considerando que no nosso país, nunca se verificou a existência de um sistema de turismo social e que existe por vezes uma ideia errada sobre o que se deve entender por Turismo Social, deparando-se com elevadas confusões que pretendem confundir turismo social com turismo de miséria, acordou-se em deixar bem expresso o significado desta forma de turismo.

«Assim, sendo unânime o reconhecimento de que o direito ao gozo de férias aliadas a uma função cultural e de completa realização do indivíduo é um direito inalienável dos trabalhadores, entendem por Turismo Social:

«É a actividade socio-cultural, não comercial, por excelência, que dá satisfação à necessidade de repouso dos trabalhadores e de ocupação dos seus tempos livres em proveito da colectividade em geral que como também dos trabalhadores reformados, devendo observar o princípio da não existência sob qualquer forma da exploração do homem pelo homem, e visar a realização integral do indivíduo através de uma ligação estreita e comunitária aliada a uma acção cultural.

«Obedece ainda ao afastamento temporário dos trabalhadores das suas preocupações normais, à integração de visitas guiadas a locais de interesse histórico e social, ao intercâmbio das massas de diferentes regiões do país nomeadamente dos campos e das cidades.

«Considera-se pois que o turismo social se deve destinar à juventude trabalhadora e estudiantil e aos reformados.

«Daqui a concluir-se que a instalação de um sistema de turismo social no nosso país é tarefa urgente a levar à prática pois visa a satisfação de necessidades dos trabalhadores que, na maioria dos casos não tem tidas possibilidades de retemperarem o seu espírito em condições compatíveis com a sua condição de explorados.

«Verifica-se ainda que o turismo social é compatível com o Turismo Comercial podendo daí resultarem efeitos dinamizadores para a forma comercial do Turismo que visa a obtenção de divisas, que por sua vez deverão ser utilizadas em benefício das massas populares.

O Turismo Social assegura também, se devidamente instituída uma perspectiva de permanência dos postos de trabalho aos que vierem a exercer actividade nas unidades afectas a este tipo de turismo, para além de constituir importante factor económico, seja, por exemplo pela aquisição de produtos agrícolas, seja no recurso a diversos serviços.»



Relativamente ao problema do desemprego, constataram os trabalhadores da indústria hoteleira que: «se o nosso país tivesse em funcionamento este tipo de turismo, a percentagem de desemprego e mesmo o desemprego no sector, não teriam atingido as proporções alcançadas, as quais, derivam da quebra verificada na vinda de turistas ao nosso país por efeito das condições conjunturais e de crise mundial.

Perante esta constatação, estes trabalhadores exigem a instituição de uma Organização de Turismo Social, independente do Turismo Comercial e controlada «pelas estruturas nacionais representativas dos trabalhadores».

DINAMIZAÇÃO DO SECTOR

Os trabalhadores presentes no Encontro deliberaram-se também sobre as acções imediatas e a curto prazo para a dinamização do sector, solicitando para já o estudo urgente das motivações das diversas formas de turismo social, estudiantil e juvenil, comercial ou económico, regionalização do turismo, criação de um programa nacional de circuitos turísticos, e ainda a valorização e adaptação dos profissionais de turismo às novas exigências do turismo moderno.

No âmbito das acções globais a desenvolver, propõem-se medidas sobre a presença dos retornados nos hotéis, publicidade e promoção, turismo doméstico, criação de comités regionais de turismo, lançamento de uma «Campanha de Outono», entre outras.

CONTROLO DOS TRABALHADORES

«No que diz respeito à propriedade já com intervenção do Estado, os trabalhadores devem ser encarregados da gestão e reprodução desses bens. Qualquer alteração neste domínio não será de permitir na hipótese de reforço e melhoria dessa Gestão e com o objectivo de melhor se defenderem os interesses de todos os trabalhadores.

Na actividade privada devem os trabalhadores exercer um estreito controlo da gestão em vários domínios e com particular incidência na aplicação dos lucros que devem ser reinvestidos na criação de novos empregos e no cumprimento dos encargos fiscais e sociais, nomeadamente da Previdência.

Devem também os trabalhadores ser ouvidos sempre que se trate de problemas do sector.»



A Facar é uma empresa metalúrgica, de Leça da Palmeira, onde trabalham cerca de 1000 trabalhadores. Os ex-gerentes, são os conhecidos António e Fernando Carvalho, figuras gratas do regime fascista. Dos Carvalhos, no entanto, falaremos mais adiante.

O COMEÇO

A luta dos trabalhadores teve início quando a Banca, em Abril de 75, exigiu dos Carvalhos aval para aceites bancários. Em Abril de 75, a Facar devia à Banca cerca de 264 mil contos, para além dos débitos a fornecedores que totalizavam cerca de 100 mil contos. Estas as razões das precauções da Banca. Mais que legítimas.

Conhecidos os entraves da Banca às suas manobras, os Carvalhos tratam de, a toda a pressa, comprar terrenos, casas e tudo o que lhes é possível, transferindo desse modo capitais da empresa para provêto próprio. De Abril de 74 a Dezembro de 74, os patrões da Facar conseguiram desviar da empresa 59.800 contos, a juntar aos 36 mil que já deviam à empresa... Isto, com o apoio do contabilista Santos Albino.

TRABALHADORES ATENTOS

Era impossível aos Carvalhos não dar nas vistas. Cedos os trabalhadores se aperceberam da manobra, e trataram de fazer sentir ao Governo os perigos que corria a empresa e o sustento de centenas de trabalhadores.

Depois de contactos dos trabalhadores com o Governo, e particularmente com os Ministérios do Trabalho e da Indústria, foi feita uma partagem à empresa (sector técnico e financeiro), tendo-se concluído aquilo que os trabalhadores previam:

- Nos últimos 10 anos, a Facar conseguiu 127 mil contos de lucros, tendo os Carvalhos utilizado 148 mil em provêto próprio;
- Prática corrente de sub-facturação, mesmo antes do 25 de Abril;
- 1700 contos de emolumentos;
- Escrita com infundáveis irregularidades, denunciando retratadas que vieram mais tarde a confirmar-se, após partagem feita por técnicos do Ministério das Finanças.

Conhecidos os resultados do inquérito, os trabalhadores, em plenário realizado em 21 de Maio de 75, decidem-se pelo afastamento dos Carvalhos da gestão da Facar. Ao abrigo do Decreto-Lei 660/74, o Estado interveém na empresa, o que vem a verificar-se em 21 de Julho de 75, com a nomeação de uma Comissão Administrativa.

Depois da tomada de posse da Comissão Administrativa, e desta ter apresentado o seu plano de



AS MANOBRAS DOS PATRÕES DA FACAR

trabalho aos trabalhadores, é marcado um plenário para apresentação e discussão do esquema de trabalho a seguir pela C.A., um plenário que só vem a efectuar-se em Setembro, por, entretanto, os trabalhadores terem entrado de férias.

É em Agosto de 75, em período de férias, que o filho de um dos ex-gerentes, e funcionário da Facar, é assassinado pelo senhorio. Por isto, o plenário convocado pela Comissão Administrativa é adiado. Pouco tempo antes do plenário, surgem em Leça da Palmeira, Matosinhos e outros locais, tarjetas anónimas convocando a população para o plenário da Facar... As cerimónias fúnebres do filho de um dos Carvalhos são aproveitadas pelo pároco de Leça para fazer o elogio dos Carvalhos e culpar os trabalhadores da Facar da «miséria» que caía sobre a família Carvalhos. Foram lembrados, a propósito, os dinheiros fornecidos pelos patrões da Facar para «obras de caridade», «rupias para os pobres», etc. O pároco de Leça «esqueceu-se» sistematicamente, de explicar os métodos utilizados pelos patrões para angariarem os milhões que lhes possibilitassem comprar o céu na terra por algumas migalhas... Não disse o padre, mas dizemos nós!

O PLENÁRIO

Chega finalmente o dia do anunciado plenário. Como se calcula, este realizou-se sob forte pressão, com centenas de pessoas estranhas à empresa convocadas pelas tarjetas anónimas. Na altura em que decorriam os trabalhos do plenário, com a presença da Comissão Administrativa, um grupo de caciques comandados pelo padre de Leça provocaram graves incidentes, tendo chegado ao ponto de agredir elementos da C.A., ao mesmo tempo que gritavam «fora com a C.A.» e «queremos os patrões». Meia hora depois, surgiam os

Carvalhos no local do plenário, arrancando imediatamente com um discurso «de improviso» com papel no bolso...

OS PATRÕES VOLTAM... E SÃO NOVAMENTE AFASTADOS

Depois do plenário, os Carvalhos conseguem voltar à empresa... por 8 dias. Denunciada a manobra, o Governo interveio firmemente e afastou os patrões da Facar. A Comissão Administrativa, entretanto, pediu garantias de normal funcionamento da

uma dita «comissão de trabalhadores» que, conhecida agora toda a actividade que vem desenvolvendo, mais não é do que uma porta aberta para o regresso dos ex-gerentes. Nos dias de permanência dos Carvalhos na empresa, ocorreu um estranho incêndio, logo aproveitado pela dita «comissão de trabalhadores» em uníssono com os patrões, para culpar a comissão administrativa e os «comunistas» do facto.

A partir da «eleição» da «comissão de trabalhadores» começa a gerar-se na Facar um clima de intimidação e repressão sobre os trabalhadores, ameaças de despedimento, tentativas de

ANTÓNIO E FERNANDO CARVALHO: QUEM SÃO?

- Foram condecorados com uma qualquer «ordem» do regime fascista, tendo dado à Fundação Salazar 500 contos;
- Pertenciam à ANP e tinham relações de estreita amizade com os maiores trutas do antigo regime;
- Compraram o título de conde para o filho de António Carvalho, pela módica quantia de 2000 contos;
- Possuíam um prédio (dos muitos) onde só em obras de restauro gastaram cerca de 60 mil contos; foraram as paredes do dito com chumbo e bronze...
- Possuíam quintas com... vacas holandesas!
- Compraram dezenas de prédios em Leça da Palmeira, alugando-os a privilegia-

dos da empresa, enquanto muitos dos trabalhadores da Facar vivem e vivem ainda em barracas, em condições sub-humanas;

- Compravam automóveis de 400 contos com maior facilidade do que os trabalhadores compravam 1 quilo de bacalhau;
- Têm cerca de 150 contos de rendimento mensal, só do aluguer de apartamentos.

Os senhores António e Fernando Carvalho, patrões da Facar, procuravam e procuram convencer os trabalhadores que «estão na miséria». Se tudo isto não fosse trágico, dava vontade de rir. Mas não é a rir que se acaba com estas «misérrimas»

empresa, o que, apesar dos esforços desta e dos trabalhadores, nunca foi conseguido. Nos 8 dias que permaneceram na empresa, os Carvalhos foram mexendo os cordelinhos: passaram cheques falsos, tentando dar mostras de desafogo económico da empresa; promoveram a eleição de

agressão e uma cada vez maior dificuldade da C.A. em desempenhar o trabalho de que estava incumbida. Dificultada a sua acção pressionada de todas as formas, caluniada, mesmo assim a C.A. e os trabalhadores conseguiram, num prazo relativamente curto, amortizar em cerca de 110

mil contos as dívidas da empresa à Banca.

Os caciques da empresa, a soldo dos Carvalhos, não paravam: iam enchendo os ouvidos dos trabalhadores com elogios aos patrões, culpando a Comissão Administrativa da falta de encomendas e de todas as dificuldades da empresa. Só havia uma solução: o regresso dos patrões...

Depois do porfiado trabalho dos caciques da Facar, com mérito especial para a tal «comissão de trabalhadores» eleita por iniciativa dos patrões, parecem estar criadas, neste momento as condições necessárias para a vinda dos patrões. Que irão, é claro, «salvar» a empresa de todas as dificuldades, como o provaram desde sempre com a infundável série de vigarices e de fraudes que praticaram... A «comissão de trabalhadores» deslocou-se recentemente a Lisboa, tendo contactado com membros do Governo. A intervenção do Estado na Facar termina no dia 21 de Fevereiro. Será que...

TRABALHADORES GANHAM CONSCIÊNCIA

Como já afirmámos, estão neste momento criadas as condições, dentro e fora da empresa, para o regresso dos patrões. Os lacaios conseguiram, com os métodos que descrevemos, impor a sua vontade. Nova situação, novas formas de luta dos trabalhadores mais conscientes. Os trabalhadores fazem exigências para o regresso dos patrões:

- Não perder as regalias adquiridas;
- 90 por cento dos lucros serem reinvestidos na empresa, nomeadamente na melhoria das condições de vida e de trabalho dos operários e familiares;
- Aumento de salários conforme aumento do custo de vida;
- Réforma aos 60 anos;
- Proibição de despedimentos sem justa causa.

Sentindo curto o prazo que os separa do regresso à Facar, os Carvalhos dão-se ao luxo de rejeitar as exigências dos trabalhadores. Esta posição dos patrões poderá, à primeira vista, favorecer-los... Mas aumentará, certamente, a consciência dos trabalhadores. Afinal o que querem os Carvalhos? O futuro o dirá, tal como o passado recente o disse já, e muito claramente...

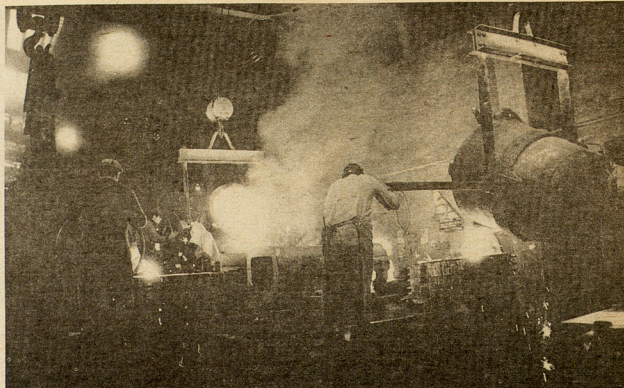
Trabalhadores da Facar consideram que «o Ministério do Trabalho, o Governo, terão que tomar uma posição firme face ao caso Facar. Será que os Carvalhos, com tudo o que se provou incontestavelmente a seu respeito, garantem uma gestão honesta e de acordo com os interesses dos trabalhadores e da economia nacional?».

Temos a certeza que não! É assim que se caminha para o socialismo, senhores governantes?

PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO

—METALÚRGICOS PARALISAM DAS 15 ÀS 17 H. DIA 26 DE FEVEREIRO

A LUTA CONTINUA!



Um aparatoso dispositivo policial recebeu os camaradas dirigentes sindicais dos metalúrgicos quando, no passado dia 18 se dirigiram ao Ministério do Trabalho.

Pretendiam, estes camaradas, ter uma conversa com o ministro Tomás Rosa, com vista à resolução dos problemas que afectam todos os trabalhadores ligados ao ramo metalúrgico. Só que, como já vem sendo hábito, o sr. ministro Tomás não quis dialogar com os trabalhadores.

É estranho, pensarão os que nos lêem, que um ministro do Trabalho se negue ao diálogo com os trabalhadores. Pois é. Mas o ministro Tomás é assim, não gosta de falar, não gosta de dialogar com os trabalhadores.

É claro, em face de tal atitude os trabalhadores são obrigados a tomar medidas que, naturalmente, não agradam ao sr. ministro Tomás. Justamente porque, desde há mais de dois meses, o sr. ministro Tomás se nega a dialogar com os trabalhadores com vista à resolução dos seus problemas, os camaradas metalúrgicos realizarão uma paralisação de trabalho, no próximo dia 26 de Fevereiro, com a duração de duas horas, dando assim, resposta à forma como os trabalhadores metalúrgicos têm sido desprezados pelo tal Ministério.

QUASE UM ANO DE LUTA

Quais foram, pois, as razões que levaram o sr. ministro Tomás a recear os camaradas metalúrgicos

ao ponto de montar um dispositivo policial à porta do seu Ministério?

Para sabermos isso, e muito mais, falámos com o camarada José Balecho, membro da direcção da Federação Nacional

dos Sindicatos Metalúrgicos.

«O nosso problema já vem de longe — começou por nos declarar José Balecho — desde Maio do ano passado que os patrões se vêm recusando à negociação do nosso contrato. Diziam, nessa altura, que deveria ser definido o sector nacionalizado e o sector privado. Arranjaram esta desculpa como podiam ter arranjado qualquer outra. Não compareciam às reuniões convocadas pelo próprio Ministério do Trabalho e, quando lá iam, procuravam conduzir-nos para formas de luta que, na altura, apenas serviriam a reacção».

Entretanto, em face do impasse criado, o Ministério do Trabalho propôs a publicação de uma portaria através da qual se resolveriam alguns dos problemas nessa altura levantados. Os trabalhadores aceitaram, vendo, desse modo, satisfeitas algumas das suas reivindicações, nomeadamente, salários, férias, subsídio de Natal, etc.

A portaria em questão foi assinada em 30 de Agosto e, entretanto, tornou-se e tomou posse o VI Governo Provisório.

«Com o surgimento do VI Governo — continuou o camarada Balecho — o Ministério do Trabalho então recém-formado, fez todos os esforços para que a portaria não fosse publicada. Simplesmente não foi a tempo. Continuaram, no entanto, a dizer que a portaria era demagógica e, inclusivamente, declara que as portarias eram processos fascistas de resolver as coisas. Dando resposta a todas estas insinuações, avançámos com certas formas de luta, realizando, nomeadamente, uma paralisação de 1 hora».

AS PROVOCAÇÕES DO MINISTRO TOMÁS

Mais ou menos por esta altura, teve lugar na Figueira da Foz um encontro de patrões ligados ao ramo da metalurgia. Curiosamente, e tal como nos lembrou o nosso interlocutor, esta iniciativa do patronato mereceu o maior apoio do sr. ministro Tomás.

Sobre isto, José Balecho adiantou-nos: «Respondendo, mais uma vez a esta provocação, realizámos uma manifestação frente ao Ministério do Trabalho em Lisboa, bem como junto de todas as delegações distribuídas por todo o País. Procedemos paralelamente, a uma paralisação de 3 horas. Tudo isto aconteceu a 7 de Outubro. Quando avançámos com esta luta, tínhamos por três vezes, falar com Tomás Rosa, que sempre se recusou. Aconteceu, então, que no dia 6 de Outubro, a Direcção da Federação foi convocada para comparecer no Ministério do Trabalho. Uma vez lá chegados, Tomás Rosa, através de palavras demagógicas e divisionistas, tentou convencer-nos a

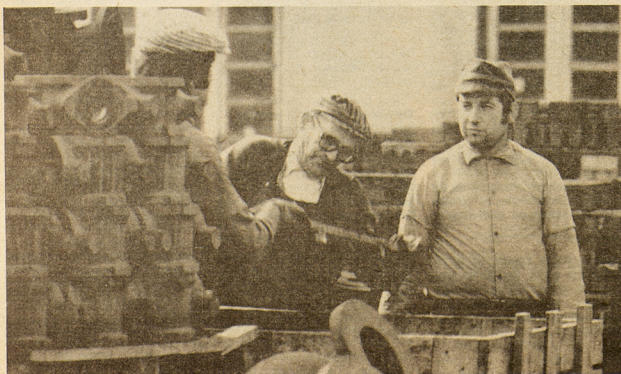
desconvocar a paralisação. Nessa mesma reunião, não me lembro bem a propósito de quê, disse-nos que a Reforma Agrária não passava de um roubo. Por fim, e como não abdicássemos da nossa posição, entrou, mesmo, no campo das provocações».

Para os que não se lembrem, recordamos que a manifestação em questão constituiu uma grandiosa jornada de luta, comparendo junto ao Ministério mais de 100 mil trabalhadores. Em face da determinação dos trabalhadores, o sr. ministro Tomás acabou por sancionar as principais reivindicações então exigidas: a publicação da portaria, convocar os patrões para as comissões de negociações, obrigar os patrões a desmentir as calúnias feitas aos trabalhadores e revisão do decreto-lei sobre os despedimentos.

No entanto, na prática, apenas se veio a dar algum cumprimento à portaria, então reconhecida, senão vejamos o que nos declarou o nosso entrevistado: «Sucede que a portaria, na maioria dos casos, não tem sido cumprida, sobretudo após o 25 de Novembro. Desde essa data, muitos dos patrões, como se sentem com mais força, continuam a dizer que a portaria é ilegal. Quer dizer: recusam-se a cumprir a portaria; no entanto, cumprem com a maior rigidez o congelamento da contratação colectiva. Também após o 25 de Novembro, as dificuldades aumentaram, naturalmente, no Ministério do Trabalho dada a orientação imprimida por Tomás Rosa».

A POSIÇÃO DE QUEM GOVERNA

Entretanto, a 17 de Dezembro do ano passado, a Federação dos Metalúrgicos requereu entre-



vistas ao ministro Tomás, ao Conselho da Revolução, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, tendo, apenas, sido recebidos por dois elementos do gabinete do Presidente da República e um elemento do Conselho da Revolução. Pretendiam as camaradas metalúrgicas abordar os seguintes problemas que afectavam, e afectam, não só esta classe como o povo português em geral: «O congelamento da contratação colectiva e o contrato vertical nacional da metalurgia e metalomecânica, o congelamento dos salários e o aumento do custo de vida, os militares com licença registada aos quais o patronato nega o direito ao trabalho, a política de mentira, antipartidária, repressiva e divisionista dos Ministérios das Corporações, a manobra reacção da revisão da lei das associações sindicais, decreto-lei do controlo operário, a ofensiva da reacção contra a Reforma Agrária, o projectado encerramento da empresa metalúrgica Messa e a repressão após o 25 de Novembro».

A tudo isto, a maioria dos governantes do nosso País fizeram orelhas moucas.

Uma vez chegados a tal estado de coisas, vejamos qual a posição tomada pela Federação: «Em face de toda esta situação — adiantou-nos o camarada Balocho — realizámos dezenas de Assembleias com os companheiros metalúrgicos por todo o País, durante estas últimas semanas. Durante estes encontros, praticamente todos os companheiros mostraram a sua firme disposição em avançar para formas de luta que conduzam à defesa e à conquista de todos os nossos direitos. Reunimos, então, todas as direcções dos Sindicatos a nível nacional, analisámos todas as consultas feitas, ficando decidido que deveríamos ir ao Ministério do Trabalho para falar com

Tomás Rosa e Marcelo Curto. Isto tendo em conta que há dois meses que tentamos falar com eles».

POLÍCIA À PORTA: RECEIO OU INCAPACIDADE?

Tentando dar cumprimento ao que então se passou: «Apesar de nos terem dito isso resolvemos ir. Quando lá chegámos fomos surpreendidos por um aparato policial que nos impedia de chegar à porta. Insistimos até que, por fim, três dirigentes conseguiram ir entregar à secretária do sr. ministro uma série de documentos».

Em presença de todo este processo, e tendo em conta o apoio de toda a classe, a Federação resolveu decretar uma paralisação de trabalho de duas horas, no próximo dia 26, devendo esse período de tempo ser utilizado para a realização de Assembleias de Trabalhadores, com vista à discussão dos seus problemas e formas de luta a adoptar futuramente.

DUAS HORAS DE PARALISAÇÃO

Eis o texto do apelo dirigido a todos os trabalhadores metalúrgicos:

«Companheiros: «Os dirigentes sindicais da Metalurgia e Metalomecânica têm tentado por todas as formas solucionar pacificamente os graves problemas que afectam os trabalhadores do nosso sector de acti-

vidade. Não houve tentativa que não fizessemos, nem porta a que não batêssemos. Foram recebidos na Presidência da República e no Conselho da Revolução, sem que no entanto nenhum dos problemas apresentados tenha, até à data, sido resolvidos.

«Quanto ao ministro Tomás Rosa e ao secretário de Estado, Marcelo Curto, a quem pedimos por três vezes uma entrevista, esses fecharam-nos as portas na cara enquanto as abrem de par em par aos patrões. Entretanto, a maior parte do nosso Contrato Colectivo Vertical está por negociar; muitos patrões reacçãoários negam-se a cumprir a Portaria de 8 de Setembro; o custo de vida continua a subir em flecha; a contratação colectiva está congelada; o ministro Tomás e o secretário Marcelo retiram credenciais às Comissões de Trabalhadores; os patrões sabotadores regressam às empresas; o decreto de controlo da produção não é publicado, os trabalhadores são afastados da gestão da Previdência, o desemprego aumenta e os atentados bombistas contra trabalhadores e suas organizações sucedem-se.

«É tempo de dizer BASTA! Chegou a hora de, mais uma vez, mostrarmos a nossa força! É preciso que os patrões e os que governam saibam que os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica não se verguem, que lutamos e lutaremos pelos nossos direitos, que nada nem ninguém nos vergará!

«Assim, os dirigentes dos Sindicatos Metalúrgicos de todo o país e outras organizações sindicais representativas dos trabalhadores do sector, reunidas em 19 de Fevereiro, depois de analisada a situação que nos foi citada, tendo em conta a disposição de combate manifestada pelos trabalhadores nas dezenas de reuniões já efectuadas de norte a sul de Portugal e conscientes que é na luta que as vitórias se alcançam e o futuro se constrói, decidiram propor aos companheiros da metalurgia e metalomecânica a paralisação nacional no próximo dia 26, das 15 às 17 horas.

«Companheiros! «PARALISAMOS TODOS NO DIA 26 DE FEVEREIRO, DAS 15 ÀS 17 HORAS!»

PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CCT VERGAL DA METALURGIA E METALOMECÂNICA!

PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO!

CONTRA A SUBIDA DO CUSTO DE VIDA!

CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA!

CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA!

Pe'l'a COMISSÃO SINDICAL DE NEGOCIAÇÕES

Por fim o camarada Balocho fez o seguinte apelo: «Companheiros: É a hora de mais uma das nossas lutas. Mais uma vez, nós, os explorados, nos vamos impor aos exploradores. Podemos estar certos que unidos e organizados venceremos!».

METALÚRGICOS DO PORTO: MINISTÉRIO DO TRABALHO OU DO CAPITAL?

«No dia 16/2/76, pelas 11 horas, realizou-se uma reunião entre um representante do Sindicato dos Metalúrgicos, um Delegado Sindical da firma Sunvituato e o director do Ministério do Trabalho do Porto, sr. Manuel Pires.

A entidade patronal não cumpre a portaria do Ministério do Trabalho, sob a alegação de dificuldades financeiras. Os trabalhadores contestam tal alegação. Como resultado, os trabalhadores da Sunvituato reunidos em plenário em 11/2/76, deliberaram que se requisitasse um perito para avaliar a situação da firma.

Espantosamente, foi-nos comunicado pelo representante do Ministério do Trabalho que era sua intenção, futuramente, em tais casos, convocar as entidades patronais para uma «conversa informal» cujo resultado seria comunicado aos sindicatos.

Naturalmente o Sindicato discordou de tal modo de acção lesiva dos interesses dos trabalhadores, que seriam relegados para uma posição de aceitação

de factos consumados. Acentuou ainda que aceitaria como mais justo, uma conversa entre as três partes: trabalho, capital e MT. Destacou, no entanto, o representante do sindicato, a necessidade de ser ouvida a opinião do Delegado Sindical presente.

Aconteceu então o inacreditável!

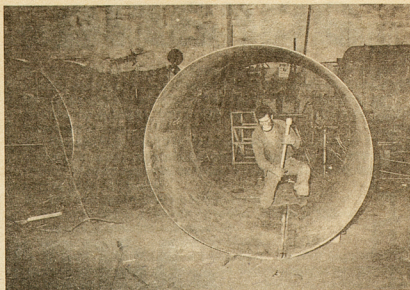
«O Delegado Sindical não fala porque eu não estou aqui para o ouvir. Tudo o que o Ministério resolver com o patrão será transmitido por escrito ao Sindicato», decretou o sr. director. Prepotência do sr. director Manuel Pires ou actuação oficial do Ministério do Trabalho?

Ministério do Trabalho, ou Ministério do Capital?

Aqui se lança o alerta a todos os trabalhadores para evitar a repetição de tais atitudes.

Firmeza e unidade na acção contra prepotências ou desvios da linha revolucionária que o 25 de Abril nos apontou, são as armas que devem ser usadas pelos trabalhadores na hora que passa.

Unidos Venceremos



POLÍCIA PARA OS TRABALHADORES VASSALAGEM PARA OS PATRÕES

O Secretariado das Empresas em Autogestão e Cooperativas, atento à política antipartidária do Ministério do Trabalho e considerando ser seu dever denunciar junto dos trabalhadores as manobras dos patrões e o apadrinhamento descarado que elas merecem do Ministério de Tomás Rosa, emitiu um comunicado, que ALAVANCA passa a transcrever:

CONTRA A RECUPERAÇÃO DO CAPITAL

1. Como é do conhecimento geral, tem havido nos últimos tempos uma nítida tentativa, por parte do capital, de recuperação das posições perdidas! E o que é mais grave é que essa tentativa está a ser apadrinhada por certos órgãos do poder, nomeadamente o Ministério do Trabalho.

O assunto da «reavaliação de credenciais» e a «necessidade de centralização» na passagem das mesmas, não é mais do que a cobertura dada por aquele Ministério aos sabotadores da economia deste País — dando a possibilidade aos patrões de contestarem os pedidos formulados pelos trabalhadores de empresas em autogestão e até de cooperativas.

A provar isto, e contrariando a ideia da «necessidade de centralização» que aquele Ministério indicava, está o facto das sucessivas prorrogações de prazos (com o consequente alargar de possibilidades de contestação dos patrões) e, mais recentemente, a decisão do envio dos respectivos processos para os Ministérios da tutela correspondente. Então, onde está a tal «necessidade de centralização»!

A experiência dos trabalhadores no seu contacto com este Ministério mostra-lhes que o que se pretende não é a rápida resolução dos seus problemas, antes pelo contrário; enquanto os trabalhadores são recebidos com aparato policial — veja-se o recente caso dos Metalúrgicos — os patrões continuam a pavonear-se nos corredores daquele Ministério recebendo vassalagens e homenagens dignas dos tempos de antes do 25 de Abril de 1974.

2. São exemplos práticos das considerações feitas no ponto anterior as várias tentativas de regresso dos patrões, algumas delas sob o signo da violência,

que vai até à tentativa de homicídio — veja-se o caso da Maimboe onde o ex-patrão, José Galvão de Melo, entrou de arma em punho, só não conseguindo os seus intentos devido a um mero acaso; a arma encravou-se no momento de disparar.

Veja-se o caso da Firma A. Mengas Alves onde o patrão, depois de várias tentativas de assalto, entrou por uma das janelas com o auxílio dos bombeiros e de um grupo de capangas. Veja-se o caso da Coopgente (Mirandela), ocupada por um grupo de contra-revolucionários comandados pelo ex-patrão, que expulsaram das instalações os trabalhadores. Pouco depois o mesmo edifício era destruído pelas chamas.

Veja-se o caso da Codiproal, ex-Mealheiro do Lár, selada inesperadamente, por decisão do Ministério do Trabalho, numa demonstração de total desrespeito pelos trabalhadores, que apenas tiveram conhecimento do facto consumado, quando o seu dia 9 horas pretendiam iniciar o seu dia de trabalho.

Todos estes acontecimentos e muitos outros que poderíamos citar, ou tiveram o apadrinhamento das autoridades ou departaram com uma total passividade da parte das mesmas, o que nos permite concluir que estão ao serviço do capital.

3. É preciso dizer BASTA! É preciso que todos nos unamos em bloco para uma forte oposição a esta escalada da direita! É preciso que nos organizemos e mobilizemos para a luta a travar. Impedir o regresso dos patrões e o terrorismo! É preciso desenvolver em todos nós o espírito de solidariedade, tendo sempre em mente que os camaradas de outras empresas poderão necessitar da nossa ajuda! E nós da deles!

Alerta, pois, camaradas! Preparemo-nos para novas batalhas! A luta continua!



REFORMA

agrária

«AGORA TRABALHAMOS COM MAIS VONTADE»

- dizem os trabalhadores da Cooperativa Agrícola Alfredo Lima



Tudo isto se resume em muitas centenas de contos que foram depositados nas contas particulares destes senhores.

Assim os trabalhadores, ao abrigo da lei, elegeram, democraticamente, uma Comissão de Trabalhadores, que passou a orientar e controlar as propriedades.

A 13 de Outubro de 1975 ocupam a herdade.

do Grémio e não excedeu os 300 contos.

Do IRA sabem que virá um empréstimo. Mas este tarda e o tempo urge.

Em boa verdade, este panorama é mais ou menos generalizado, isto é, os trabalhadores avançam com propostas concretas de melhoramento das herdades ocupadas, mas o apoio financeiro, por parte do Estado, não vem, ou é reduzido para as necessidades, ou mesmo, quando aparece, chega atrasado.

Mesmo assim, desde que se constituíram na Cooperativa Agrícola Alfredo Lima, os operários agrícolas que ali trabalham, já conseguiram francos melhoramentos.

Arrendaram uma das herdades (os "Patudos"), e noutras, onde a vinha está velha e, portanto, improdutivo, vão começar o plantio de tomates e de searas, e mesmo, em alguns casos, irão semear batatas.

Para além disto, e tanto quando possível, procedem à venda directa de vinho ao consumidor.

Deste modo, obstatam à especulação de preços feita pelos intermediários, beneficiando o consumidor.

Têm conseguido, nestas circunstâncias, apurar na venda directa do vinho que produzem, uma média diária de 10 contos.

É uma conquista dos trabalhadores, que nos disseram:

"Os patrões não fazem falta nenhuma. A gente consegue fazer mais e melhor. O trabalho é muito duro, de manhã à noite: mas, agora, trabalhamos com mais vontade."

E, se trabalharmos com mais vontade, é porque sabemos que, do nosso esforço e com o nosso suor, só vem benefício para nós e para todo o Povo português."

E, em boa verdade, assim é. Apesar das dificuldades com que se debatem, e da dureza do próprio trabalho, não esquecem que a luta é de todos os trabalhadores, que a Reforma Agrária é de todos e para todos.

QUEM CORRE POR GOSTO

Por isso, disse-nos uma trabalhadora, "fomos auxiliar os camaradas alentejanos durante um dia. Chovia e o frio era de gelar os ossos. Mas o trabalho fez-se e ninguém se queixou. Quem corre por gosto..."

Esta é a solidariedade dos que se irmanam na luta comum: a luta pela sociedade socialista, justa e fraterna.

"A gente sabe que, se precisar de ajuda, teremos cá os camaradas alentejanos, ou os trabalhadores da cidade. E a gente sabe também que, dos agrários ou dos fascistas, a única "ajuda" que vem é a miséria e o pau nas costas."

Mas esses à nossa terra não vêm!

Estamos organizados e não nos metem medo. E se cá vierem são corridos. Mas não vêm!"

É este o espírito dos operários agrícolas da Cooperativa Agrícola Alfredo Lima.

Eles sabem o que querem e para onde vão, ao contrário do que pretendem fazer crer os agrários e seus apunhaçados.

Primeiro, exploraram os trabalhadores. Agora, procuram desesperadamente boicotar as realizações dos mesmos.

UMA PESADA HERANÇA

Ficaram no entanto com uma pesada herança às costas. Por um lado, as dívidas e o estado lastimoso em que os antigos patrões deixaram as propriedades; por outro, as dificuldades consecuentes do ano de 1975, de muita geada e mildio, a dar cabo da produção.

Mas os trabalhadores sabem como proceder para levar de vencida estas adversidades.

Duma maneira geral pouco ou nenhum apoio têm obtido do Governo.

O único empréstimo que obtiveram, até ao momento, veio por parte da Comissão Liquidatória

latifundiário António Duarte.

Este, e seu filho Jaime, durante anos e anos exploraram os trabalhadores.

Já depois da publicação da Lei da Reforma Agrária, procuraram activamente fazer um boicote económico.

O Jaime conseguiu retirar da propriedade cerca de 8 mil pipas de vinho, vendeu vacas que estavam para parir e desviou vinhos abafados e aguardentes.

Houve igualmente outros desfalques e falcatruas.

Alfredo Lima foi um operário agrícola.

Foi assassinado pela GNR no dia 4 de Junho de 1950.

O seu "crime" consistiu na luta que desenvolveu contra os exploradores do nosso Povo: os agrários, os monopolistas, o grande capital, os governantes fascistas.

Hoje a Cooperativa Agrícola, que tem o seu nome, é a homenagem dos irmãos de classe, àquele que, como tantos outros, foram imolados pelos inimigos da classe operária.

Também a história da Cooperativa Agrícola Alfredo Lima, como a de todas as restantes Unidades Colectivas de Produção, é de luta, pela dinamização e emancipação da economia nacional.

Nesta Cooperativa, labutam diariamente cerca de 70 operários agrícolas, homens e mulheres.

Situa-se em Alpiarça, distrito de Santarém, e é o resultado da ocupação legal, pelos trabalhadores, de 16 propriedades do



BENEFÍCIOS SOCIAIS

A curto prazo têm também em vista a realização de benefícios sociais para todos os operários agrícolas que ali trabalham.

Assim, conforme nos disse um elemento da Comissão de Trabalhadores está em fase de estudo a criação de uma creche para os filhos dos homens e mulheres que ali trabalham (e, talvez, nem só para esses...), de uma cantina e de um centro médico.

A Cooperativa Agrícola Alfredo Lima é mais uma realidade da Reforma Agrária.

A MENINA CASTELINHA E O SEU BANDO DE ARRUACEIROS

A herdade de Sto. André, em Coruche, distrito de Santarém, foi nacionalizada.

Tendo em vista normalizar a situação de 12 trabalhadores, daquela herdade, que não recebem os seus ordenados há já 14 se-



OPERÁRIOS AGRÍCOLAS E RESINEIROS DO CENTRO: — NÃO QUEREMOS CONTINUAR A SER EXPLORADOS

«Temos que nos juntar em redor do nosso Sindicato e, unidos aos operários agrícolas do Sul, consolidar a Reforma Agrária no nosso país, para uma melhor vida nos campos». — Esta a posição que os operários agrícolas e resineiros do Centro do País têm vindo a reforçar nas reuniões que se efectuaram em Montemor, Maiorca, Cantanhede, Seixo e outras, conjugando todos os esforços para a constituição do Sindicato.

«O nosso Sindicato — declaram — é a nossa defesa; temos que nos unir e ir para a frente, porque só a união dá a força». E continuam: «Não podemos continuar a viver sem um salário razoável e assistência social condigna. Queremos ter o nosso Sindicato e ser abrangidos pelo regime geral da Previdência — não queremos continuar a ser explorados como antigamente».

Porém, enquanto os trabalhadores se organizam, os caciques locais através dos capatazes e outros lacaios, tentam desmobilizá-los para o Sindicato alegando, pelo abc do fascismo, a impossibilidade de salários mínimos, etc. Contudo, os operários agrícolas e resineiros, conscientes da sua força, defendem a possibilidade

de, no passado dia 17 de Fevereiro. Pouco tempo depois, e quando trocavam impressões, técnicos, delegados sindicais e trabalhadores, viram-se cercados por um grande bando de agrários e caciques locais.

Estes, bicotaram a reunião, ameaçando os presentes e exibindo matracas.

Foram identificados pelos trabalhadores, pelo menos, os seguintes provocadores: Francisco Cecílio, «o Pêga»; Manuel Filipe, «o Labiza»; Diamantino Veríssimo Lourenço, do talho; Vicente da Fomosa, António José e o Gomes, estes empregados do «Pêga»; também um indivíduo de nome Rogério foi identificado; e muitos outros.

Assim, impossibilitados, de momento, de continuar, naquela herdade o trabalho que se propunham fazer os engenheiros Leiria Pinto, Carlos Teixeira e Maria do Carmo, bem como o regente agrícola Pires, acompanhados dos delegados sindicais, dirigiram-se a uma outra herdade, («Quinta Grande») onde os trabalhadores não recebem salários há 4 semanas.

O mesmo bando reaccionário pretendeu entrar à força na herdade, só não o conseguindo devido à determinação e coragem dos trabalhadores.

No entanto, quando os técnicos acima referidos, saíram daquela propriedade, viram-se cercados pelos envergamentos, que assim os mantiveram, durante cerca de uma hora e meia.

Entretanto alguém avisara a GNR daquela vila, do que se estava passando. Mas antes que os agentes da autoridade chagassem ao local (recordamos que os técnicos do Centro de Reforma Agrária estiveram retidos durante cerca de hora e meia...), o bando desapareceu.

Não terminaram, todavia, as manobras provocatórias e con-

de se organizarem na defesa dos seus direitos e apoiam os pequenos e médios agricultores, salientando que a Reforma Agrária tem que ser feita por operários agrícolas e pequenos agricultores e não por organizações do tipo CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal).

«Sabemos bem quem são os nossos inimigos e também sabemos quem são os que, pelo seu trabalho nos querem ajudar. A nossa vida é de enxada na mão... nem em máquinas os patrões querem gastar dinheiro! Com máquinas o trabalho seria melhor para nós e mais razoável por eles; mas isso não lhes interessa, o que eles querem é dinheiro! Eles associam-se em confederações e por isso nós, operários agrícolas e resineiros temos que nos organizar em sindicato, para lhes mostrarmos a nossa força e nos defendermos das injúrias que certos agrários e senhores políticos andam por aí a tentar levar avante. Nós operários agrícolas e resineiros temos que lhes travar o passo.

«Queremos democracia e igualdade de direitos para viver em paz nos campos. Queremos construir um País melhor e sem injustiças sociais».

CONQUISTAS DA REFORMA AGRÁRIA

● De 1950 a 1970 desapareceram 123.600 pequenos e médios agricultores, cujas terras foram aumentando as áreas dos latifúndios existentes. Em 1.650.000 hectares de terra em 3 distritos do Alentejo, havia 700 mil hectares (42% de terra reservada à caça.

● Em Jan/Fev. de 1975 havia no Alentejo cerca de 10 mil homens e quase a totalidade das mulheres no desemprego. Hoje o desemprego desapareceu e nalguns locais há falta de braços para o trabalho.

● Salários praticados no tempo do fascismo:

Homens: 80\$00 a 90\$00; mulheres: 30\$00 a 35\$00.

Salários praticados actualmente:

Homens: 180\$00 a 190\$00; mulheres: 130\$00.

● No ano de 1976 não é necessário importar trigo para o fabrico do pão. No ano de 1974 foram importadas 357 mil toneladas de trigo, o equivalente a 2 milhões de contos.

● Colheitas em 1974/1975:

Em relação 1973/74: Trigo, +12%; aveia, +23%; cevada, +20%; grão de bico, +29%; milho, +6%; fava, igual.

Em relação à média dos últimos dez anos: Trigo, +12%; aveia, +30%; cevada, +34%; grão de bico, +10%.

tra-revolucionárias dos agrários locais e seus agentes.

Para aos 15 horas desse mesmo dia, estava prevista a eleição de uma Comissão de Trabalhadores, na herdade «Monte Velho», em Coruche, uma vez que a ex-proprietária, conhecida como a Menina Castelinha Barate, (cerca de 60 anos de idade), não paga os salários aos trabalhadores há 6 semanas. Esta propriedade está também nacionalizada.

Mas, já se sabe, dificilmente os agrários deixam as terras onde, durante anos e anos, exploraram os trabalhadores.

Assim, que a Menina Castelinha tenha aparecido no «Monte Velho» acompanhada pelo mesmo bando, que se deslocava de automóvel. Carros eram cerca de trinta, todos cheios.

Informaram então o engenheiro Leiria Pinto que este poderia entrar na herdade, mas só. Nada de delegados sindicais ou técnicos do Centro de Reforma Agrária.

Para obterem o efeito desejado, isto é, para que os trabalhadores não pudessem reunir, voltaram a exhibir matracas e a ameaçar os presentes.

Mas não ficaram só por aqui. Desta feita, levaram mais longe a agressividade, ostentando armas.

É o caso de um indivíduo, comprador de ferro-velho, conhecida como «Cebola», que empunhava uma arma caçadeira e respectiva cartucheira.

É o caso de um elemento de Coruche que depois do 25 de Novembro reingressou nos «Comandos», (2.º Sargento Patrício). Este, ostentava um carregador com balas, dizendo para os trabalhadores: «Estas estão aqui para quem vier!».

A própria Menina Castelinha também não deixou de dar um ar da sua graça. Empunhando uma pistola, mostrou duas balas afirmando: «Uma é para o Canejo e a outra vamos a ver para quem será».

A título de esclarecimento podemos informar que o camarada Canejo é um delegado sindical, do distrito, do Sindicato dos Operários Agrícolas de Santarém, e elemento do Comité da Reforma Agrária, no Couço.

Entretanto, nem sinais da GNR.

A reacção reorganiza-se, mas os trabalhadores estão organizados. As manobras intimidatórias de agrários, caciques e seus lacaios, visando pôr em causa o processo da Reforma Agrária, com a passividade e inoperância das autoridades locais, são um facto.

Mas, como se sabe, os trabalhadores são uma força organizada e imparável.

A classe trabalhadora sabe quem é o seu inimigo e onde ele se acolta.

E por isso que nunca mais a reacção passará em Portugal. Acateltai-vos inimigos dos trabalhadores.



CHILE A RESISTÊNCIA À DITADURA CADA DIA É MAIS FORTE



Após o golpe de estado fascista de Pinochet todas as liberdades foram interditas.

O governo fascista de Pinochet passou a controlar toda a vida

colectiva e associativa do povo chileno, passando tudo aquilo que se organiza fora das directrizes estatais, a ser considerado ilegal.

Os atentados às liberdades individuais e colectivas sucedem-se e aumentam.

O capital impõe-se através da violenta repressão sobre os trabalhadores.

Cerca de 300 000 operários, quer do sector público, quer privado, foram despedidos por razões politicas após o golpe terrorista de 11 de Setembro de 1973. Esta vaga de despedimentos atingiu também professores universitários e liceais, jornalistas e outros trabalhadores das chamadas profissões liberais. A quase totalidade do pessoal sanitario, não profissional, empregado nos centros sanitários de bairro foi despedida por ter apoiado o governo de Salvador Allende. Naturalmente que os fascistas chilenos fazem leis para «legalizar» todos estes despedi-

mentos. Com efeito, os despedimentos no sector público foram feitos à luz de um Decreto-lei que converteu todo o pessoal do sector público em empregados temporários, sem estabilidade de emprego. Por outro lado, outro decreto revogou as disposições do anterior, mas, uma Comissão de inquérito da OIT chegou à conclusão que as comissões especiais criadas para examinar os pedidos de reintegração não eram compatíveis com as disposições da Convenção OIT. Após a constatação feita pela Comissão de inquérito da OIT, o governo chileno decidiu abolir as comissões especiais. O relatório que a Comissão de inquérito apresentou ao Conselho de administração da OIT, na sua sessão de Maio de 1975, contém recomendações para que o go-

verno chileno tome medidas apropriadas para fornecer às pessoas, cujo despedimento teve por fundamento considerações de opinião politica, a possibilidade de ter um novo exame imparcial do seu caso. No entanto, os tribunais que julgam estes casos não são, de forma alguma, imparciais, prevalecendo, acima de tudo, os motivos, politicos nos julgamentos.

DIREITOS SINDICAIS

O direito de organização dos trabalhadores, não é respeitado no Chile. Os sindicatos, que ainda subsistem, não podem reunir-se livremente. As eleições sindicais, os contractos colectivos de trabalho e as greves não são permitidas. Os haveres de grande número de sindicatos foram confiscados e, aqueles que não foram legalmente dissolvidos, não podem desenvolver livremente a sua actividade de defesa intransigente dos direitos dos seus associados. Evidentemente que os sindicatos existentes, e que não vêm a sua actividade bloqueada, fazem o jogo do patronato (quem não se lembra dos sindicatos corporativos portugueses?). A CUT-Central Única dos Trabalhadores Chilenos — está ilegalizada. Grande parte dos seus militantes estão nas prisões. Todo o seu trabalho tem de se desenvolver dentro da maior clandestinidade, (tal como a Intersindical nacional, no tempo do fascismo).

No Chile as liberdades sindicais deixaram de existir há quase três anos.

CONQUISTAS DO GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE

Foram nacionalizadas as minas de cobre, base da existência do Estado.

Foram estatizados complexos siderúrgicos, minas de ferro e salitre, fábricas têxteis e de cimento e a energia eléctrica.

O sector estatal, na indústria manufacturiera, abarcava mais de 210 empresas com 32% da produção industrial.

Em finais de 1972, o sector nacionalizado produzia mais de 50% do produto industrial bruto de toda a economia do país.

Expropriaram-se 4 000 latifúndios com 8 900 000 hectares e entregou-se a terra a 50 000 famílias camponesas.

Criaram-se centros de empréstimos de máquinas agrícolas. Formaram-se cooperativas agrícolas.

Foi abolido o privilégio educacional e elaborado um novo sistema de ensino unificado, cuja prática foi impedida pela politica obstructionista da opposição parlamentar.

Foi criado, para os adultos, um amplo sistema de qualificação e educação.

Duplicou o número de estudantes nas Universidades. Na Universidade Técnica do Estado duplicou o número de estudantes dos cursos acelerados.

Os salários dos trabalhadores foram aumentados de 35 a 66 por cento.

O desemprego diminuiu para 3%.

Centenas de milhares de trabalhadores receberam casas novas.

Pela primeira vez no país, estabeleceu-se um amplo serviço médico para os trabalhadores.

A mortalidade infantil diminuiu em mais de 20%.

Iniciou-se a campanha contra a poliomielite.

Pela primeira vez os velhos com mais de 65 anos receberam uma pensão mensal.

Foram entregues aos índios 58 000 hectares de terra.

70 000 crianças mapuches receberam roupa e livros escolares.

Equipas de pessoas, sobretudo estudantes, ajudaram os índios Mapuche a superar o analfabetismo e na construção de policlinicas.

Elaborou-se um plano de seis anos que teve em conta as camadas mais desfavorecidas da população.

Propôs-se elevar para 60% o nível de vida dos chilenos que ganhavam menos.

Concentraram-se todos os esforços para desenvolver as indústrias básicas.

Previu-se o aumento em 57% dos recursos para a educação, sanidade e de 47% para a produção agrícola.

A SITUAÇÃO ECONÓMICA AGRAVA-SE

A actividade industrial diminui consideravelmente desde o golpe. O comércio de exportação degrada-se de dia para dia.

O déficit na balança de pagamentos em 1975 foi de cerca de 900 milhões de dólares. Ataca de inflação eleva-se a 400%. Os preços dos bens de primeira necessidade, como o pão, o arroz o apúcar, subiram assustadoramente. Alguns destes bens já não podem ser comprados pelas classes trabalhadoras que vivem todos os dias o seu poder de compra diminuído.

Numerosos grupos de caridade, criaram centros de distribuição de produtos alimentares para satisfazer as necessidades das pessoas mais necessitadas. Neste momento, cerca de 13 a 17% dos trabalhadores encontram-se no desemprego. O desemprego rural cifra-se já em 20%. Como exemplo da alta do custo de vida citaremos que um pai de família com 5 filhos gasta cerca de 40% do seu salário para comprar pão.

ATENTADO AOS DIREITOS HUMANOS

Também o direito de associação foi gravemente limitado após o golpe sangrento de 11 de Setembro. Vários decretos e decisões dissolveram os diversos tipos de associações que se tinham formado durante o Governo de Unidade Popular. Nenhuma





associação oficial se criou depois de Setembro de 73. Contudo, o governo chileno encoraja a formação de associações oficiosas, tais como as das donas de casa (que fortemente contribuíram para a queda de Salvador Allende ao desenvolverem todo o tipo de manifestações reaccionárias) que são favoráveis ao actual regime. Contudo, todos os partidos, organizações, e associações, que tinham apoiado o regime anterior foram dissolvidos e interditos.

O direito de reunião foi bastante restringido. Salvo as reuniões familiares e as religiosas, todas as outras reuniões, inclusivamente as reuniões oficiosas de jovens com fins recreativos, só se podem realizar mediante uma autorização prévia, ou através de anterior notificação à polícia. As reuniões que agradam à Junta são autorizadas, todas as outras não se podem realizar. Relativamente à religião, oficialmente, nada foi imposto à liberdade de culto. Contudo, secretamente, têm sido feitas pressões para que as autoridades religiosas se abstenham de críticas ao governo. Com efeito, certos sacerdotes que visitaram prisioneiros, no exercício das suas funções sacerdotais, foram presos.

Por outro lado as comunidades religiosas e as igrejas cada vez

divergentes, ou a simples alegação de que alguém tem tal opinião, pode acarretar graves consequências para as pessoas em causa, com risco da própria vida. Todos os trabalhadores com posições políticas diferentes dos da Junta, dificilmente arranjam emprego. Isto é ainda mais acentuado na função pública.

Só as pessoas conhecidas por não terem exercido nenhuma actividade, notável no regime anterior, e conhecidos por serem partidários do actual regime militar, podem permanecer na função pública ou aí arranjar emprego.

A educação desde a intrução primária à Universidade está totalmente sujeita ao controlo militar. Os manuais escolares, que por motivos ideológicos não agradam às actuais autoridades, foram retirados das escolas. Os cursos de história, e os de ciências políticas e sociais, sofreram profundas modificações. Cerca de 22 000 estudantes foram expulsos das universidades. Por outro lado, o acesso à Faculdade das camadas mais desfavorecidas da população, cada vez é menor. O «elitismo» universitário é cada dia maior.

Além disto, os livros transmissores de ideias ditas «marxistas» foram retirados das bibliotecas e queimados publicamente. As edi-



OS EMIGRANTES EM FRANÇA ACUSAM!

Reina a cólera em França. E contra esta não há vacina que valha. O 25 de Abril levou aos emigrantes o clima propício à reivindicação da revisão dos Acordos de emigração entre a França e Portugal; como a Secretaria de Estado da Emigração não se ralou muito para ouvir as reclamações dos emigrantes, um longo período de incubação foi gerado, e agora, que o sr. Machete, depois de receber em Lisboa o sr. Dijoud, declarou que iria assinar em Março os novos Acordos, para os quais nunca consultou os principais interessados, a cólera rebentou e não terá cura senão no dia em que o Governo Provisório, tomando em conta as reivindicações dos imigrados, discuta com o governo francês e se esforce por arrancar o máximo de disposições concretas que melhorem as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores portugueses em França!

Diga-se, desde já, que a cólera é construtiva. Os imigrados em França querem participar em grupos de trabalho, preparatórios dos «dossiers» a discutir a nível governamental, querem que igualmente participem os seus representantes sindicais: a Inter-sindical Nacional, pelo lado português, a C.G.T. e a C.F.D.T., como sindicatos operários franceses onde os emigrantes se inscrevem em grande número.

Foi isto que nunca foi feito. E os imigrados em França recusam ao sr. Machete o direito de falar em nome deles!

A cabeça da luta por Acordos que satisficam as reivindicações dos trabalhadores portugueses em França, tem-se encontrado, sempre, a sua Comissão Consultiva, aquela a que a Intersindical deu a mão na sua patriótica acção de Agosto passado, quando organizou o Dia do Emigrante e entregou no Estádio 1.º de Maio à cooperativa dos rendeiros de Lousada e à cooperativa agrícola do Escoural, dois tractores, comprados por subscrição dos portugueses em França.

Por isso, quando o ex-

-secretário de Estado da Emigração anunciou que iria assinar Acordos sem praticamente ter havido negociações, a Comissão Consultiva logo reuniu em Paris muitas associações de portugueses para discutir a situação assim criada à emigração. Dessa reunião saiu uma carta ao Presidente da República, em que escrevem: «Dentro de mês e meio haverá homens que assinarão as regras de enquadramento de vida e de trabalho de 850 000 portugueses e portugueses em França, e isso para vários anos...» «Não será o sr. Machete, nem qualquer das pessoas que o venham a substituir na S.E.E., que sofrerá as consequências das cedências que agora sejam feitas: são os emigrantes neste país que têm que dizer o que querem, o que é justo que fique escrito, para depois se apoiar nos Acordos e lutarem mais facilmente por uma aplicação que é sempre torpedeada pelo patronato».

O Presidente da República comunicou à Comissão Consultiva que tinha transmitido a mensagem à Secretaria de Estado da Emigração, mas desta nada saiu. Pelos vistos não ficaram incomodados com a comparação que a Consultiva faz do «negociado» com «comerciantes de mão-de-obra a preços desafiando toda a concorrência!»

No domingo, dia 15 de Fevereiro, a Consultiva reuniu em Paris a 3.ª Assembleia da Trabalhadores, para alargar o debate a todos os círculos, a todas as correntes de pensamento dos emigrantes, a todas as regiões de grande concentração portuguesa em França. Os emigrantes tiveram a palavra que o Governo não quis solicitar, batendo-se por Acordos que tenham em conta a sua terrível situação nos trabalhos mais difíceis, mais insalubres, mais mal pagos; nos alojamentos dos bairros de lata, em quartos de velhíssimos hotéis, em «foyers» com regulamento interno que os transformam em quartéis; sem direito prático à formação profissional; à alfabetização na língua do país; sem

direito a divulgar a cultura nacional, a começar pela aprendizagem da língua materna a seus filhos; com grandes dificuldades ao exercício das liberdades sindicais, sociais e políticas para que, desde sempre, exige a igualdade com os trabalhadores franceses.

Tudo isto e muito mais discutiram os emigrados entre si, já que não podem discutir com o Secretário de Estado da Emigração, que ninguém conhece e que parece não querer conhecer os emigrantes! Porém, chegará-se a conclusões bem precisas sobre a forma como devem ser negociados os Acordos e os emigrantes, por intermédio da Comissão Consultiva, fá-las-ão chegar ao Secretário de Estado, ao Governo, e ao Conselho da Revolução.

É necessário que fique bem claro que aqueles que não se interessam pela vida de sacrifícios dos emigrantes não têm o direito de lhes exigir seja o que for.

Os órgãos do Poder devem reflectir nas razões porque diminui o envio de poupanças dos emigrantes. Quando Vasco Gonçalves lhes dizia: «Só o socialismo, criando novos postos de trabalho, aumentando a riqueza nacional, libertando cada um de nós da exploração alheia, fará com que nunca mais um português abandone a mulher e filhos para ir vender a sua força de trabalho longe da terra natal!», os emigrantes de França bataram todos os records de envio de dinheiro pois eles tinham a garantia do Primeiro-Ministro: «participa activamente na obra de reconstrução da vossa Pátria, para que os vossos filhos e netos não sejam obrigados a passar o que tendes passado, a sofrer o que tendes sofrido».

É esta linguagem e os actos que a acompanham, concretamente na defesa dos interesses de quase um milhão de portugueses em França, que os emigrantes podem apoiar. Mas: QUEREM APOIAR. Mas esse apoio conquista-se ao serviço dos trabalhadores e não contra a sua vontade.



se preocupam mais com os atentados aos direitos do homem que todos os dias se verificam. Exemplo disto, foi a conferência episcopal realizada em Abril de 1975 e na qual 27 bispos exprimiram a sua preocupação por aquilo que actualmente se passa no Chile, relativamente às liberdades humanas.

Mas os atentados aos direitos do homem não ficam por aqui. As casas particulares são violadas, não importa a que hora do dia ou da noite, sem mandato de busca, e com manifestações de violência e por vezes com brutalidades inúteis contra os moradores a que não escapam as próprias crianças. O sigilo de correspondência também não é respeitado.

OBIGATORIO: «DIZER BEM DO GOVERNO»

A liberdade de opinião e de expressão encontra-se restringida apenas ao «dizer bem do governo». Não é permitida qualquer crítica ou expressão de pensamento contrário ao estabelecido. O simples facto de uma pessoa expressar opiniões políticas

toras sofrem constantes pressões.

Os serviços de saúde públicos e comunitários, que se destinam principalmente às camadas mais baixas da população, foram consideravelmente reduzidos. Os tratamentos não são senão assegurados por médicos particulares que se fazem pagar bem.

Também as manifestações culturais foram profundamente afectadas.

Os cantores e actores progressistas não podem actuar publicamente. Obras de arte que não agradam à Junta são retiradas dos museus e mesmo destruídas. As obras literárias sofrem o mesmo destino.

Sobre as sevícias arbitrariedades a que estão sujeitos os trabalhadores e os anti-fascistas chilenos, ninguém neste momento dúvida.

(Também em Portugal, durante quase meio século, os direitos humanos foram ignorados e sistematicamente destruídos). Por isso, o isolamento político do Chile aumenta. A resistência à ditadura cada dia é mais forte. O Chile vencerá.

PITACAS ANTUNES PERGUNTA E NÓS TAMBÉM: —AFINAL COMO É?

Procurámos Pitacas Antunes, responsável por um dos programas de maior interesse que a RTP apresentou depois do 25 de Abril e que apesar disso, e inexplicavelmente (ou talvez não tanto...) acabou por ser suspenso. Num momento particularmente difícil do processo revolucionário, parece-nos pelo menos estranho que essa suspensão coincida com o aumento constante dos preços de produtos de primeira necessidade, o congelamento da contratação colectiva e a recuperação capitalista da economia nacional. **Afinal como é?** Era uma forma de alerta para o povo em geral, uma abordagem directa a que todos assistíssemos dos problemas que nos dizem respeito. Um esclarecimento também, o que talvez nem sempre tenha agradado...

COORDENAÇÃO, MAS EM QUE TERMOS?

• A nossa pergunta sobre quais os motivos reais da suspensão do programa, Pitacas Antunes começa por nos dizer:

— A razão que me indicaram é que deveria ser criado o Gabinete de Comunicação Social no Ministério do Comércio Interno e que o programa necessitaria de ser coordenado por esse Gabinete. Portanto estamos à espera de ver os moldes em que irá ser feita essa coordenação. Dissearam-me também que continuaria eu a apresentar o programa.

• Acha que isso quer dizer que o programa não seria da sua inteira responsabilidade?

— Não sei. Inteira não é, na medida em que já há uma coordenação. Até aqui era eu que escolhia os temas,



que escolhia os locais de filmagem, que fazia a montagem e que apresentava. Nunca me procurei esquivar a uma coordenação na medida em que considero que pode constituir uma ajuda. Agora não aceito coordenações em termos de censura. Não sei como irá funcionar aquele serviço de coordenação, sei apenas que o programa, que até aqui se debruçava sobre todos os assuntos que nos parecemos que estavam na ordem do dia em termos de interesse para a população portuguesa, agora vai começar a debruçar-se só sobre os problemas do Ministério do Comércio Interno. Claro que esses assuntos sempre tiveram prioridade e quando nos debruçávamos sobre saúde pública, ou sobre Reforma Agrária, ou sobre qualquer outro assunto, é porque ao fim e ao cabo estão todos relacionados e, por outro lado, faltavam temas. Não podemos andar todos os dias a divulgar listas de preços. Se o Ministério realmente tiver material, se tiver assunto que justifique ser tratado por um programa semanal, muito bem. Agora a maneira como o programa será conduzido, é uma coisa a ver. Talvez



festar. Portanto o carácter meramente de reportagem que o programa tinha parece que irá manter-se.

• Admitindo o pior, isto é, que o programa venha a ser definitivamente eliminado, pensa continuar a debruçar-se sobre os mesmos assuntos e a intervir nos problemas que são, aliás, de interesse para todo o povo?

— Evidentemente que sim e até já fazemos isso. Diariamente tenho reuniões com Comissões de Trabalhadores, Juntas de Freguesia, com pessoas que querem ser orientadas relativamente às formas de luta que devem travar ou quanto à maneira como se devem organizar para fazer face a todos esses problemas. Os programas eram uma ajuda, na medida em que em vez de falarmos para cem ou duzentas pessoas, tinhamos a audiência de todo um país.

Nesta altura terem suspenso o programa foi uma medida profundamente errada. Considero-a contra os interesses da população e motivada por interesses de outra natureza, portanto, interesses partidários, sem se atender aos interesses dos consumidores quando se suspendeu o programa. Acho inclusivamente que a criação desse Gabinete não implicava a suspensão do programa. Ainda que se pensasse na sua reestruturação, pois muito bem, pensava-se num outro programa e quando tivesse qualquer coisa de melhor para apresentar, então modificávamos ou parávamos com este. Até lá, acabou-se com o único que de qualquer modo abordava esses assuntos. Portanto, considero prejudicial e altamente negativo ter-se suspendido o programa. Mas, enfim, o programa não era meu e manda quem pode...

• Em relação, por exemplo, ao que se verifica com a subida de preços, não há dúvida que o seu programa ajudou a público a compreender as razões dessa subida e formas de a combater?

— Temos de demonstrar às pessoas que o problema dos preços e do aumento do custo de vida não se resolve só com leis que nos digam que os preços são baratos, porque se não tivermos esses produtos a esses preços, se a lei não se verificar, isso não serve de nada. Temos de compreender que a nossa intervenção e o nosso conhecimento tem que se processar através do circuito produção-distribuição-comercialização, envolvendo portanto todo o complexo deste contexto e não apenas num dos campos, não só na comercialização, que era o que se pretendia. É preciso mostrar às pessoas que para

os produtos tenham um preço justo, temos de começar a actuar no sector de produção. Muitos dos produtores já estão mentalizados para isso e sabem que têm de encetar leis próprias a luta contra os especuladores. E os consumidores têm que lhes dar o seu apoio também. O mostramos o que se passa no campo da produção não é mais do que um alerta para que as pessoas compreendam aquilo de que estavam a ser vítimas. O facto de nós pagarmos produtos de primeira necessidade por um preço bastante alto não queria de modo nenhum dizer que esse dinheiro revertesse para quem produz esses produtos. Ao consciencializarmos as pessoas disso, queremos dizer-lhes que para termos um canal de distribuição de produtos de primeira necessidade mais racional, de modo que os produtos nos cheguem por preços justos, temos que ir cada vez mais ao encontro do sector de produção. Não podemos exigir que sejam os produtores a deixar a sua função de produção para virarem comercializadores, temos que ir ao encontro deles e arranjar cadeias de



estruturas que substituam toda a rede comercial que existe. Devemos eliminar todos os intermediários e especuladores que são de facto quem leva a mais valia dos preços que nós pagamos. O queremos mostrar essas coisas às pessoas não é portanto mais do que o desperdiçá-las para a necessidade de criarem essas estruturas.

ALENTEJO: UM EXEMPLO A SEGUIR

• O seu contacto directo com os trabalhadores, principalmente no Alentejo e junto das várias cooperativas e organizações que lá existem também foi uma forma de informar as pessoas sobre o que realmente se passa.

— Os programas que fizemos sobre o Alentejo não foram mais do que procurar repor a verdade sobre tudo aquilo com que se tentou especular, que é a Reforma Agrária no Alentejo. Toda a gente diz que conhece casos de roubos e sei lá o quê... Só ainda não disseram que se tivesse morto grandes agrários e assassinado pequenos agricultores. Também é só o que falta. Porque desde que eles distribuíram grandes mandados a que venderam tudo, a que partiram, a que destruíram, tudo isso se diz. O que é certo é que quando procuramos quem nos informe concretamente, toda a gente ouviu dizer, sabe que, mas ninguém depois sabe mais nada. Ora nós percorremos o Alentejo todo e não encontramos nada disso. Encontrámos uma colaboração muito íntima entre os peque-

nos e médios agricultores e os trabalhadores rurais, encontramos um aumento extraordinário de produtividade, encontramos a reconstrução de um país e verificamos ao fim e ao cabo que os desmanchos de que todos nós agora estamos a ser vítimas, que é a falta de carne, a falta de leite e de toda uma série de produtos, devem-se apenas à actuação dos grandes agrários, por preferirem vender tudo isso ao desbarato a ver essas coisas nas mãos dos trabalhadores. Como há dias nos dizia um trabalhador rural, as pessoas que procederam nesses moldes foram de as que facto desfalcaram o país de gados e de bens essenciais para que se pudesse continuar a produzir. E nem sequer atenderam ao futuro dos filhos e ao futuro do país. Não atenderam a nada, apenas se preocuparam com o seu bem pessoal e imediato. Portanto as falhas que se verificam não são de forma nenhuma atribuíveis aos trabalhadores, pelo contrário, eles estão duplicando, triplicando a produção. Se nos debruçávamos sobre a Reforma Agrária foi simplesmente para mostrar ao povo a verdade. Veja-se que esses programas foram feitos sem críticas, foram reportagens a mostrar o que existe. O que nos admira é ver pessoas que dizem que querem uma sociedade justa e uma sociedade socialista, revoltarem-se de tal modo com os programas, onde viram justiça, onde viram quase o socialismo posto em prática. Viram que há creches, que há protecção aos velhos e às crianças, que há justiça no trabalho, que há maior produção, viram enfim tudo aquilo que queremos construir e que já existe nalguns pontos do país e não entendo revoltarem-se. Isso leva-nos a perguntar, afinal o que é que querem? Parece que infelizmente a maior parte das pessoas que dizem que querem o socialismo, olham para ele, mas caminham exactamente no sentido contrário.

FUTURO AINDA INCERTO PARA O PROGRAMA «AFINAL COMO É?»

• Voltando ainda ao projecto do seu programa ser coordenado pelo Ministério do Comércio Interno, parece-lhe ser essa realmente a melhor forma de solucionar o assunto?

— Quanto à legitimidade de um programa como o «Afinal como é?» ser integrado num ministério para tratar só dos assuntos desse ministério, parece que as pessoas poderão pensar que esse programa será manobrado e não será completamente isento. O programa que tínhamos até aqui, pertence ao Ministério, não estava endossado a nenhuma entidade, era um programa aberto a todos os ministérios, a todos os organismos de coordenação económica, aberto a todas as pessoas que tivessem alguma coisa a dizer em defesa dos outros, em defesa dos consumidores em geral. Parece-me que o programa deveria nesta altura não pertencer ao Comércio Interno, mas sim pertencer a uma associação de consumidores, ser inclusivamente da responsabilidade da radiotelevisão que, independentemente de qualquer Ministério, pudesse tratar dos assuntos que numa sondagem junto do público se visse que seriam os assuntos de mais importância para ser tratados nessa altura. Não se trata de facto como que se irá processar a coordenação futuramente, mas acho que depois do programa estar a funcionar podemos voltar a trocar impressões relativamente a isso.

O LIVRO DA SEMANA

TRABALHO COLECTIVO E TRABALHO PRODUTIVO NA EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO MARXISTA, 1.º volume de Jacques Nagels — Biblioteca de Economia — Prelo Editora.

Jacques Nagels, economista belga, apesar das dificuldades que teve de vencer para realizar um trabalho de semelhante envergadura, devido à escassez de instrumentos de trabalho, pois as bibliotecas locais são pobres em obras relativas ao pensamento económico, não desistiu, consciente do interesse que nos últimos anos tem suscitado o problema do trabalho colectivo e produtivo e consequentemente as suas implicações sociais e teóricas, dado que «a concepção actualizada do trabalho produtivo enraíza-se no que nós chamamos as entranhas das forças produtivas».

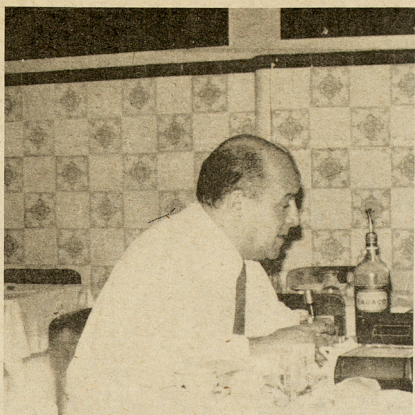
O autor, que se diz «particularmente feliz» pelo seu livro ter sido traduzido para o português, por tudo o que simboliza a trajectória histórica do nosso povo, acrescenta ainda: «Um povo nunca está, portanto, subjugado. Nem vencido. Um povo não pode, pois, viver ditado: é o que vocês têm ensinado ao mundo e do que todo o humanista vos está infinitamente reconhecido».

PRINCÍPIOS DO SOCIALISMO CIENTIFICO, de V. Afanassiev, M. Makarova e L. Minaiev — Prelo Editora.

O capitalismo que impede que seja utilizado todo o vasto potencial de que hoje dispõe a humanidade, as suas enormes capacidades produtivas e as notáveis conquistas da ciência e da técnica, terá de ser aniquilado para que a humanidade seja finalmente liberta das guerras, da miséria e do racismo. Mas porque a construção do socialismo exige que se destrua a antiga sociedade, a teoria do socialismo científico começa pela eliminação revolucionária do capitalismo, para o que é indispensável que os trabalhadores nos diversos países se ajudem mutuamente.

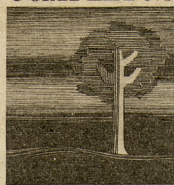
«Nesta obra, concebida por um grupo de especialistas soviéticos, expõe os princípios da teoria do socialismo científico numa concepção coerente da sociedade cujo objectivo se cristaliza em torno do homem, dos seus interesses, das suas capacidades e das suas necessidades. Neia se encontra uma reflexão simples e convincente acerca das vias da revolução mundial...».

cultura popular • cultura popular



MANUEL DA FONSECA COMENTA UM DOS SEUS POEMAS

MANUEL DA FONSECA POEMAS COMPLETOS



forja

Manuel da Fonseca, um dos maiores escritores portugueses contemporâneos e das vozes mais importantes do neo-realismo nacional, trouxe para a literatura a realidade do povo alentejano, através de um estilo directo e emotivo, sem falsos artificios.

A comoção da sua linguagem está patente não só nos seus romances, mas também nos seus poemas, dos quais hoje publicamos *Helena*, que nos fala de uma terrível realidade que não devemos esquecer e que foi inspirado pelo trágico suicídio da mulher de Daniel Cabrita, então preso pela Pide. Este é um dos poemas inéditos agora publicados pela Editora Forja, no volume *Poemas Completos* e também um dos vários que Adriano Correia de Oliveira canta no seu último disco recentemente posto à venda.

É o próprio Manuel da Fonseca

HELENA

poema de MANUEL DA FONSECA

Do frio da cela do forte a mão acena. Por sobre o rio do lado norte a mão acena Por Helena.

Do lado do sul do rio a negra pena: à rua deltado jaz vazio e frio o corpo delgado de Helena.

Salgado rio de pranto [jorrando entre mágoa e mágoa e uma cidade de espanto no perfilado recorte espeelhado no fundo de água para o Tejo à beira-morte. À beira-morte de Helena e à beira-cela do forte onde ainda a mão acena.

Do frio da cela do forte por sobre o rio do lado norte inutilmente inutilmente

a mão acena por Helena.

Do lado do sul do rio a negra pena: à rua deltado jaz vazio e frio grito em vida amordaçado o corpo delgado de Helena.

Mão de aceno gradeado é por nossa condição gente de foíce e arado homens do cab-pescadores mais os que como nós são nos escritórios e fábricas dia a dia os construtores dos dias desta nação é por nós que a mão acena da beira-morte de Helena contra a mão que nos condena.

Ao sul e ao norte a mão acena para que a morte de Helena não venha a ser nossa morte a mão acena acena acena e acena da fria cela do forte.

que nos fala das razões que o levaram a escrever *Helena*.

Helena é um dos muitos factos que se deram durante a ditadura no nosso país. É uma memória do tempo, uma coisa que me acudiu. *Helena* nasceu natural e espontaneamente como um símbolo de mulher, embora haja no nosso país ainda vivas felizmente e outras infelizmente já mortas, mulheres de uma envergadura extraordinária, com aquela capacidade humana que nos deslumbra sempre encontrar nas mulheres capazes de levar os homens a fazerem actos grandiosos. *Helena* é um termo entre essas e uma pequena gente do povo ainda muito jovem e portanto mais levada pelo sentimento, pela amargura do que acontece à sua volta. É a jovem que vê o seu marido na cadeia atacado de toda a maneira, vilipendiado, agredido, torturado e que é tão jovem que se sente só no mundo. Ainda por cima ela própria está sujeita à pior

das vilanias que é o fomentarse insidias sobre a sua vida, sobre a sua atitude moral, sobre a sua maneira de viver. Perante o que lhe aconteceu em casa, que foi levarem o marido para Caxias e a Pide martirizá-lo da maneira mais bárbara, martirizando-a a ela cá fora, num momento de puro desânimo, que é o que pode acontecer a qualquer ente humano, cometeu um acto quase simbólico. Poderia ter cometido outros actos, mas quem sabe os actos que uma pessoa comete, quando se vê melida num drama tão grande que a ultrapassa, que é um drama do próprio país. Daí naturalmente, espontaneamente, naquela altura em que escrevi o poema, veio-me *Helena* e dela cantei a vida, cantando a vida do país, e ainda mais: memorando uma lembrança constante de todos nós, que era a vida das pessoas desse tempo. Era a sua luta contra o fascismo. *Helena* aqui é um símbolo.

alavanca

NÚMERO 51
2 de Março

SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL

NÚMERO 47
3 de Fevereiro de 1975

DIRECTOR INTERINO: Jaime Marques Machado

16 paginas - Preço 5500

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Rua Vitor Cordón - 1. 2.º - LISBOA

DELEGAÇÃO DO NORTE:
UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO - Rua de Santa Catarina, 922.1.
Telef. 380752/59 - PORTO

DISTRIBUIDORA: REGIMPRESSA

COMPOSIÇÃO IMPRESSA
HEKA PORTUGUESA
Rua Elias Garcia, 25, 27 - Venda Nova - Amadora



SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL

R. Vitor Cordón, 1. 2.º - LISBOA

BOLETIM DE ASSINATURA

Modalidade de Assinatura: 6 meses (85500) 12 meses (165500) (Riscar o que não interessa)

Nome

Morada

Profissão

Local de cobrança

O pagamento pode ser feito em cheque ou vale postal dirigido a -ALAVANCA-

Conte e envie a -ALAVANCA-

Conte e envie a -ALAVANCA-

O QUE PENSAM OS TRABALHADORES DO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA?

-INQUÉRITO NA VENDA NOVA

Abordar pessoas que saem dos empregos, depois de várias horas de um trabalho exaustivo, parece não ser tarefa fácil. Não é, mesmo, uma fácil tarefa.

É preciso que o jornalista possua um espírito de compreensão muito largo, seja dotado de uma calma especial a toda a prova, para aceitar certas situa-



ções verdadeiramente aborrecidas que se lhe deparam, quando lança a pergunta:

— *Que pensa sobre o aumento do custo de vida?* e o sujeito, aspecto cansado do duro trabalho quotidiano, para poder manter-se e à família, lhe responde textualmente, com um ar pretensamente ingenuo, matreiro, desconcertante:

— *Não tenho nenhum conhecimento disso!*

Naturalmente que uma resposta destas, logo às primeiras, não era nada animador para o prosseguimento do cumprimento da nossa missão. Mas continuámos à porta da COMETNA, aguardando a saída doutros operários desta fábrica, na esperança de melhores resultados.

Já nos tinha sido recusada a entrada na COMETNA, com a justificação de um empregado da porta, de que era uma questão de regulamento interno que impedia de nos satisfazer esse pedido.

Minutos após a primeira frustrada tentativa, outros trabalhadores abandonavam a fábrica, num turno que acabava/começava às 15 e 30 horas.

Por momentos, ficámos a conversar à porta da saída com dois dos operários que pudemos abordar. Um deles, António José Calisto Felvas, moldador, disse-nos, quando lhe lançámos a mesma pergunta: — *Que pensa sobre o aumento do custo de vida?*

— Ora, que devo pensar? Que isso é um problema muito difícil para os trabalhadores. É mesmo um grande mal para a gente que trabalha. Porque o preço das coisas aumentam todos os dias. Aumentam tanto, que o dinheiro não chega para nada. É um aumento demasiado para os operários que têm um salário pequeno.

Sobre o congelamento da contratação colectiva? Isso é uma injustiça muito grande. Então o Governo deixa aumentar os preços das coisas e não permite que se aumentem os salários dos trabalhadores? Acho isso muito mal feito. Muito mal feito. É uma grande injustiça do Governo. E tudo.

O outro operário, que escutava o companheiro com ar de aprovação, interveio também. Chamou-se António Gonçalves Pereira, e é vasador.

— Eu penso também que tudo isto está mal feito. Acho que o Governo aumentou muito o preço de certos bens de consumo e consentiu que se aumentasse imenso os produtos de alimentação. Houve aumento nos tabacos, nos transportes, nas taxas de correio e outros que não me lembro agora. E então, os aumentos do preço da carne, do peixe, das batatas, que de 4\$50 o quilo chegaram a estar a 10\$50, foram uns aumentos bestiais! Ainda se os salários tivessem sido aumentados na mesma proporção, vá que não vá. Mas o Governo travou o aumento dos salários. Como é que se pode compreender que aumentem por um lado os preços das coisas e por outro lado proibam o aumento de salários? Eu não compreendo como é que isso se possa fazer. São coisas que são prejudiciais aos trabalhadores. E, assim, nada se resolve. As coisas cada vez estão piores, para quem trabalha.

— *E sobre o problema da habitação?*

— Isso está ainda pior. Há uma grande parte dos trabalhadores que são obrigados a viver em habitações sem nenhuma condição de higiene. Muitos deles vivem até em barracas, por não poderem pagar um aluguer de duas ou três peças. Como poderia ser de outra maneira? Um



operário, como eu, que sou vasador, ganha sete contos por mês. Ora, se tivesse de pagar por um alojamento de três peças 4000\$00 ou 5000\$00, como por aí se paga, o que é que me ficaria depois para comer, para vestir e calçar? E como temos de contar com a família, ainda é pior. Por isso, um operário não pode ter outro remédio que ficar mal alojado em qualquer parte que não seja muito caro, nem que seja mesmo numa barraca. Mas isto assim não pode ser. Tudo isto que se passa é muito mau. Quem trabalha, tem direito a viver com toda a decência.

●●●

Fomos, depois, até à SORE-FAME, onde a laboração prosseguia. Também lá não havia possibilidades de entrada para os jornalistas.

Tivemos sorte, finalmente, em encontrarmos um grupo de trabalhadores, cuja sala dessa empresa, onde tinham acabado a dubuta diária. Trabalhavam no self da SORE-FAME. Traziam ao

peito peças de identificação como membros dessa firma. Laurentina Pinheiro Lopes Marques disse, em resposta à nossa pergunta:

— O aumento do custo de vida? Muito, mas muito, grande! As coisas, principalmente a comida, estão muito caras. Quase não se ganha para comer. O que vale é que, em minha casa, somos dois a trabalhar: o meu marido e eu. Mas, mesmo assim, vive-se hoje muito pior que há uns quantos meses. Antes sempre se comprava alguma coisa de jeito na praça, com cem escudos. E hoje, o que se pode comprar com esse dinheiro é nada, é quase a mesma coisa.

Se os preços das coisas aumentaram assim tanto, os salários deviam também ter aumentado, p'ra compensar. É que cada vez se vive com maiores dificuldades.

Foi a vez de Vitória Augusta Gromicha intervir:

— Olhe, vivemos na Brandoa, esta minha colega e eu. Aquela colega, não. Vive aqui, na Venda Nova. Sou viúva, tenho dois filhos, um rapaz e uma rapariga.

Vivemos todos os três numa casa bastante pequenina. Tão pequena, que o filho e a filha têm de dormir na mesma peça, imagine o senhor! E mesmo assim, pago por mês 1700\$00, o que é muito para as minhas posses. Acho que o Governo devia fazer casas baratas para os trabalhadores. É que isto, assim, só está mal para os pobres. Penso que o Governo é que tem de tomar providências neste sentido.

A Maria José Espírito Santo Correia escutava as companheiras e, de quando em quando, em ligeiros gestos de cabeça, denotava o seu acordo com o que as companheiras diziam. Quando lhe pedimos que nos dissesse também a sua opinião sobre esses assuntos, limitou-se a responder:

— Estou de acordo com o que as minhas colegas disseram. Isto assim, está muito, mas muito, mau para os trabalhadores. Tem que haver uma mudança.

Nas páginas de ALAVANCA temos abordado com frequência o problema do aumento do custo de vida e do congelamento da contratação colectiva.

Igualmente temos dado conta das inúmeras manifestações, comícios e concentrações de trabalhadores como forma de protesto contra estas medidas antipopulares.

Nos próximos números do ALAVANCA, levaremos a efeito um inquérito entre os trabalhadores de diversas zonas do país, no sentido de colhermos o seu sentimento face aos graves problemas que nos afligem a todos.

No entanto e como não poderemos chegar a toda a parte, escrevam-nos.

O nosso objectivo é dar nestas páginas a voz directa dos trabalhadores.

Escrevam para ALAVANCA - Rua Vítor Cordon - 1-2.º LISBOA.